

CAMILA MITIE HORIGUCHI

POR TRÁS DA MURALHA: DESVENDANDO OS DIFERENCIAIS DA
COMPETITIVIDADE CHINESA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Fernando Motta Correia

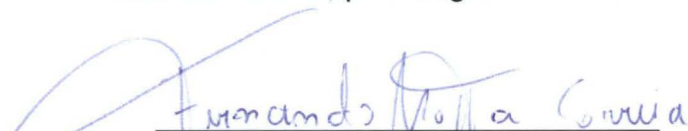
CURITIBA
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

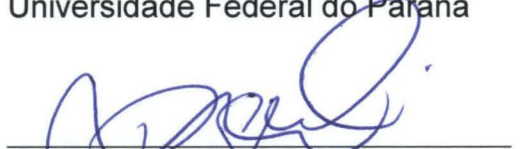
CAMILA MITIE HORIGUCHI

POR TRÁS DA MURALHA: DESVENDANDO OS DIFERENCIAIS DA
COMPETITIVIDADE CHINESA

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Fernando Motta Correia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Profª Dayani Cris de Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Profª. Denise Maria Maia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 15 de outubro de 2012

Dedico à minha mãe e minha irmã, que ultrapassaram o estereótipo de exemplos de vida para modelo de ser humano, sempre repleto de sabedoria, benevolência, amor e justiça.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de oferecer meus sinceros agradecimentos a Universidade Federal do Paraná, que ao longo de minha graduação, senti profundo orgulho de fazer parte desta Instituição, podendo inclusive me sentir parte da comemoração de seu centenário.

Agradeço também aos professores com os quais sem o incentivo e dedicação de todos eles, certamente esse ponto de chegada não seria alcançado. Em particular, gostaria de agradecer ao professor Fernando Motta, que sem o seu apoio, não conseguiria concretizar este objetivo. Através de seus incentivos, sua disposição e seus valiosos conselhos esta jornada jamais seria possível.

Por fim, agradeço ao meu mestre Dr.Daisaku Ikeda, que sempre me direcionou ao caminho da justiça e da vitória, à minha mãe e irmã, que me ensinaram a viver, sempre com grande magnitude de integridade; benevolência; lealdade; justiça e amor. Me ensinaram que sempre é preciso inovar, a fazer além do melhor, se esforçar além do possível, dar para receber e manter sempre em mente que tudo é possível.

“De nada valem as idéias sem homens que possam
pô-las em prática”

Karl Marx

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar o processo de crescimento da economia chinesa, com enfoque nas estratégias comerciais e apontando seu diferencial de competitividade através de sua política cambial protecionista e sua vantagem comercial através de seu mercado de trabalho. A fim de ser feito este estudo sobre as vantagens competitivas chinesas sobre o mercado internacional, será analisado o regime cambial chinês, além de identificar o mercado de trabalho usado como uma ferramenta de estratégia de competitividade. Por fim, será feita uma comparação do processo de crescimento da economia chinesa com a economia brasileira, demonstrando as políticas e estratégias comerciais dos dois países, uma vez que ambos se encontram no enfoque dos agentes econômicos e políticos mundiais e representam um novo cenário internacional promissor. Para atingi-lo será feita a revisão bibliográfica do Modelo de Solow a fim de esboçar o modelo de crescimento de nações em tempos mais recentes. Com isso, será visto que há fatores que limitam o crescimento econômico que o modelo não revela. No caso, o fator cambial não está exposto no modelo. Dessa forma, o presente trabalho correlacionará os fatores tradicionais expostos no modelo com o fator cambial, que se mostra imprescindível quando se fala em crescimento da economia chinesa.

Palavras-chave: Competitividade, China, Câmbio

ABSTRACT

The purpose of this paper consists to analyze the Chinese's economy growth process, with a focus on their commercial strategies and pointing their competitive edge through its exchange rates policy and its protectionist trade advantage through its labor market. In order to achieve the purpose of analyzing their competitive advantages above the international market, an analysis will be made about the Chinese exchange regime and also about their labor market used as a tool of competitive strategy. Finally, a comparison will be made about the chinese's economy growth process with the brazilian's process, demonstrating each of their policies and strategies, since both of them are in the eyes of the economic and political world and represent a promising new international scenario. In order to achieve it, a literature review about the Solow Model will be made to analyze the growth model of the nations in recent times. Thus it will be seen that there are limiting factors of the economic growth which the model dos not reveal. In this case, the exchange factor is not exposed in the model. By that being said, this study correlate the traditional factors presented in the model with the exchange factor, which proves to be essential when it comes to the chinese's economic growth.

Key Words: Competitive, China, Exchange

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MODELO DE CRESCIMENTO DE SOLOW	13
3 REGIME CAMBIAL NA CHINA	19
3.1 OS EFEITOS DOS SALÁRIOS BAIXOS	19
3.2 MUDANÇA NO REGIME CAMBIAL DA CHINA	20
3.3 CONSEQUENCIAS DA MOEDA DESVALORIZADA	26
4 MERCADO DE TRABALHO	29
4.1 OS EFEITOS DOS SALÁRIOS BAIXOS	29
4.2 CONSEQUENCIAS DO AUMENTO SALARIAL	36
5 BRASIL X CHINA	39
5.1 POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA	39
5.2 DIFERENCIAL DA POLÍTICA COMERCIAL CHINESA	44
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Desde 1979, após abertura comercial, a China vem se destacando no cenário mundial. Dados numéricos mostram que a China surgiu no cenário econômico e tem força para ficar uma vez que “o investimento direto externo aplicados na economia chinesa alcançou US\$3 bilhões em 1988 e em 1994 ultrapassou em US\$30 bilhões. Em 1995 já estava nos US\$40 bilhões. (DAVIN, 1999, p.116).

Desde sua entrada no cenário econômico mundial, a China tem incomodado o restante do mundo em alguns aspectos. Contudo, é importante ressaltar que os fatores acumulativos ao seu sucesso não foi seu mercado doméstico forte e atrativo nem sua capacidade de inovação. Dessa forma, é plausível analisar as razões principais do crescimento econômico da China e sua postura e importância no cenário mundial. Quais serão os verdadeiros diferenciais da China? Será que ela veio para ficar, fazendo o mundo trocar a Estátua da Liberdade pela Muralha da China?

Pretende-se estudar nas páginas a seguir a economia chinesa após a sua abertura, com enfoque nos instrumentos de competitividade que ela conta consigo. Para a análise do presente trabalho, como instrumento teórico será exposto o modelo neoclássico de crescimento, o modelo de Solow.

Com o objetivo de proporcionar melhor visualização e entendimento participativo da proposta de trabalho, este trabalho está dividido, exceto a presente introdução, em quatro partes: A primeira parte mostra o modelo de crescimento Solow, a segunda apresenta os efeitos de uma política comercial voltada ao crescimento. Na terceira parte será visto a política de competitividade chinesa. E, por fim, a quarta parte envolve as diferenças de política comercial chinesa com a adotada pelo Brasil.

O investimento direto externo aplicados na economia chinesa alcançou US\$3 bilhões em 1988 e em 1994 ultrapassou em US\$30 bilhões. Em 1995 já estava nos US\$40 bilhões. Com isso, em 1994, as zonas econômicas especiais absorveram 70% do montante investido na China. (DAVIN, 1999, p.116)

A flexibilização do Yuan pode ser vista como uma estratégia política de longo prazo, de forma a regular parcelas da produção como também distribuição de riquezas. Além de ser uma ferramenta para modernização chinesa, constituindo assim, não um fim determinado pela adesão a uma definitiva ordem liberal. (CUNHA; BIANCARELI, 2005, p.12)

A análise dos impactos de uma política cambial protecionista, como é o caso da China sobre o âmbito internacional, e principalmente sobre potências expressivas como os Estados Unidos, por exemplo, pode parecer complexa. Porém, é certo, o fato de que se o Yuan permanece desvalorizado, ele pode atuar como subsidio de exportação indireto que faz com que os preços dos produtos chineses fiquem baixos e atrativos, e com isso, aumentar a demanda de importação por parte de países como os Estados Unidos.

Quais implicações a mudança do regime cambial da China pode acarretar? Qual o nível de vantagem competitiva a China tem decorrente da desvalorização cambial? Qual a posição dos outros países frente a essa política chinesa?

Em termos de três décadas, a China tornou-se uma enorme potência mundial e pode começar a ditar as regras do jogo do mercado internacional. Contudo, é importante ressaltar que os fatores acumulativos ao seu sucesso não foram seu mercado doméstico forte e atrativo nem sua capacidade de inovação. Seu sucesso está altamente ligado aos seus diferenciais de concorrência frente ao mercado internacional, como suas taxas cambiais competitivas e seu trabalho barato que proporcionam aos chineses, vantagens sobre seus países concorrentes.

Uma vez que a reforma econômica chinesa resulta do desenvolvimento do mercado de trabalho, as metrópoles atraem migrantes para trabalharem na área de serviços ou de construção, visto que eles oferecem mão de obra barata, contribuindo para o “milagre econômico chinês”. A migração possibilitou aos trabalhadores saírem da situação de pobreza, e de certa forma, adquirirem novas qualidades no trabalho. Porém, o afluxo da população rural se concentra nas áreas urbanas. (DAVIN, 1999, p.81)

De acordo com Fischer (2010, p.2), a tendência é que o número de trabalhadores efetivos, ou população economicamente ativa começará a diminuir.

As estimativas mostram que em 2010 a China contava com 378 milhões de pessoas entre 40 e 60 anos, porém somente 273 milhões abaixo dos 20 anos. Além disso, a queda do número dos jovens tem sido ainda maior nas zonas rurais. Dessa forma, pode-se dizer que o desafio chinês está em encontrar outra maneira de sustentar seu crescimento para obter ganhos de produtividade (FISCHER, 2010, p.3)

Qual o verdadeiro diferencial da vantagem competitiva da China? Como é o funcionamento do mercado de trabalho chinês? Quais implicações armas como os baixos salários no país afetam o restante do mundo?

A economia chinesa alcançou uma ótima integração com a economia mundial. Nas duas últimas décadas, as exportações chinesas aumentaram de US\$13,7 bilhões em 1979 para US\$250 bilhões em 2000. Seus esforços para atrair investimentos diretos externos foram ainda mais bem-sucedidos. Entre 1988 e 2000, os investimentos aumentaram 23% anualmente, acumulando em um total de US\$339 bilhões. Nenhum outro país recebe esse montante de investimento direto externo, exceto os Estados Unidos. (WONG; DING, 2002, p.9)

Tanto a China como o Brasil têm se destacado no cenário mundial pelo seu crescimento e desenvolvimento, com taxas que surpreendem os agentes internacionais. Contudo, a política econômica brasileira vem se moldando gradativamente, através dos últimos governantes para tal sucesso. Passando de substituição de importações, abertura para investimentos, para o atual investimento social.

Quais as principais diferenças entre as políticas comerciais entre Brasil e China? Como foi a trajetória do desenvolvimento destes países? Que influências essas políticas têm sobre as relações comerciais entre Brasil e China?

2 MODELO DE CRESCIMENTO DE SOLOW

Segundo Gomes e Ellery (2003, p.2), muitos modelos no decorrer da história da economia tentaram se aprofundar na questão do crescimento econômico, mas somente o modelo de Solow, que surgiu em 1956, foi capaz de explicar esse crescimento através do comportamento de firmas e famílias e não a partir de hipóteses sobre relação de agregados macroeconômicos.

De acordo com Gomes e Ellery (2003, p.7), a partir de um certo momento, as variáveis macroeconômicas assumem um valor constante, e a economia se encontra em um estado estacionário. Dessa forma, a economia irá parar de crescer, o que parece inconsistente. Assim, o objetivo está em entender o modelo de crescimento de Solow e como ele explica o crescimento de longo prazo.

Uma economia encontra-se em um caminho de crescimento equilibrado quando todas as variáveis macroeconômicas crescem a mesma taxa. Quando nesse caminho, o produto per capita cresce a uma taxa igual a do progresso tecnológico. O modelo Solow conclui que no longo prazo a taxa de crescimento da economia será determinada pela taxa de crescimento do produto per capita que será igual à taxa de crescimento da produtividade. Ou seja, aumentar a taxa de poupança não aumenta a taxa de crescimento da economia no longo prazo. Porém, no curto prazo, o aumento da taxa de poupança leva a um aumento da taxa de crescimento da economia. O motivo está no fato de que a maior taxa de poupança leva a um maior nível de produto per capita, e a economia deverá crescer a uma maior taxa até encontrar o novo estado estacionário. Alcançado esse estado, o produto per capita volta a crescer na mesma proporção das taxas de produtividade.

Dessa forma, a taxa de poupança é importante para determinar o nível de renda e da taxa de crescimento no curto prazo, porém ela não exerce nenhuma

influência à taxa de crescimento no longo prazo. No longo prazo, a taxa de crescimento da economia será determinada somente pela taxa de crescimento tecnológico de forma que a economia só irá apresentar um crescimento sustentável se ela for capaz de operar com tecnologias cada vez mais produtivas. Em termos de política econômica, a forma do governo aumentar a taxa de crescimento da economia é permitir que as empresas adotem as melhores tecnologias. (GOMES; ELLERY, 2003, p.7)

O modelo gira em torno de duas funções principais: a de produção e a de acumulação de capital.

Segundo Andrade (2006, p.3) “a função de produção é a Cobb-Douglas e mostra como os insumos capital e trabalho (K e L respectivamente) são combinados para a geração do produto (Y):

$$Y = f(K, L) = K^\alpha L^{1-\alpha}$$

Onde $0 < \alpha < 1$

Ainda segundo Andrade (2006, p.4):

Nesta economia, paga-se um salário w para cada trabalhador e um aluguel r para cada unidade de capital arrendada, de modo que o custo total de produção é dado pelo somatório dos gastos com salário e com aluguel das unidades de capital. (ANDRADE, 2006, p.4)

Considerando que $y = Y/L$ (*produto por trabalhador*) e que $k = K/L$ (*capital por trabalhador*) tem-se que:

$$y = k^\alpha$$

Nesse sentido, o produto per capita (y) é função do capital por trabalhador (k). Além disso, segundo Andrade (2006, p.4) a função de produção mostra “retornos decrescentes ao capital por trabalhador – isto é, a cada unidade adicional de capital fornecida ao trabalhador, o produto gerado por esse trabalhador cresce a taxas decrescentes” (ANDRADE, 2006, p.4)

Além disso, é importante salientar a equação de acumulação de capital por trabalhador, que consiste:

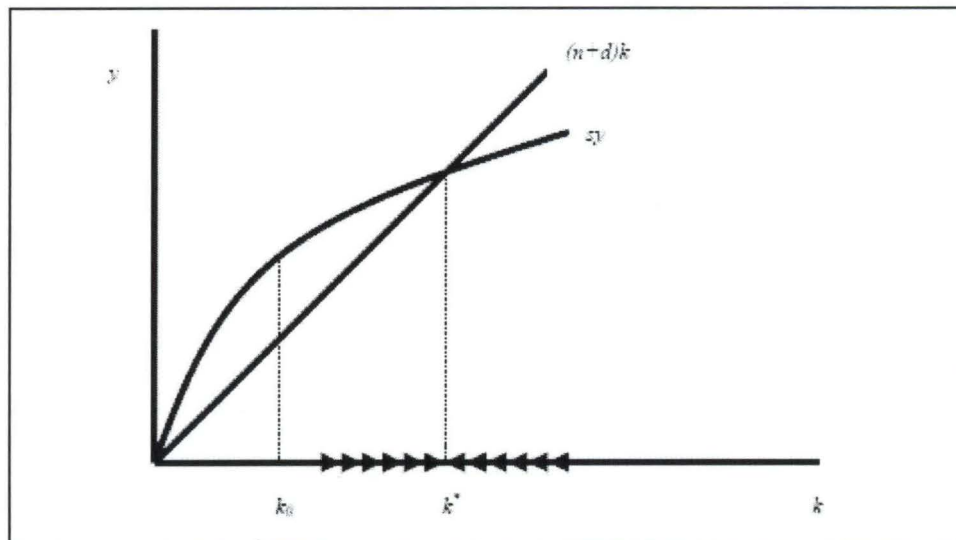
$$\dot{k} = sy - (n + d)k$$

Segundo Andrade (2006, p.6):

“(…) a taxa de crescimento da economia – isto é, a variação do produto *per capita* – é função da taxa de crescimento do capital por trabalhador. Esta, por sua vez, é função do investimento por trabalhador (sy), da depreciação do capital por trabalhador (dk) e do crescimento populacional, o termo nk . Em última instância, Solow mostra que as diferenças nas taxas de poupança (que gera o investimento) e nas taxas de crescimento populacional explicam as diferenças nas taxas de crescimento entre os países.” (ANDRADE, 2006, p.6)

Segundo Mendes e Vale (2001, p.18), é importante salientar que a partir do modelo exposto, o crescimento econômico não se relaciona de forma dependente de qualquer força econômica de natureza endógena, como a taxa de crescimento da produção, uma vez que essa é considerada pelo modelo como exógena. Dessa forma, de acordo com Mendes e Vale (2001, p.18):

“a política econômica pouco ou nada pode fazer no sentido de fomentar o crescimento econômico no longo prazo(…) No equilíbrio de longo prazo, o produto per capita e capital per capita crescem apenas se existir crescimento no nível do conhecimento tecnológico. Portanto, a melhoria das condições médias de vida depende inteiramente da taxa de crescimento da tecnologia.” (MENDES; VALE, 2001, p.18)



Fonte: JONES (2000) *apud* ANDRADE (2006, p.6)

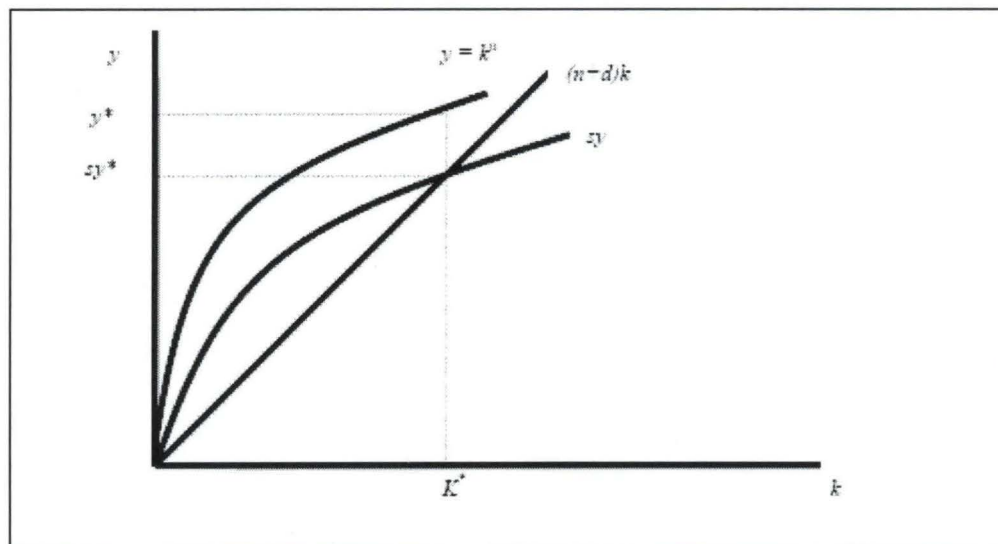
Segundo Andrade (2006, p.6):

Curva (sy) = montante de investimento *per capita*

Curva $(n+d)k$ = montante de investimento *per capita* que é necessário para manter constante o montante de capital por trabalhador.

Nesse sentido, tanto o aumento da força de trabalho quanto a depreciação tendem a reduzir o montante de capital *per capita* da economia. Além disso, ainda segundo Andrade (2006, p.7):

“No ponto \bar{k}_0 da figura acima, o investimento por trabalhador é superior ao necessário para manter constante a relação capital por trabalhador. Inicia-se um processo de aprofundamento de capital, que continua até o ponto k^* , onde $sy=(n+d)k$ e $k' = 0$. Neste ponto, chamado de *estado estacionário*, o montante de capital por trabalhador é constante. Caso a economia estivesse inicialmente em um ponto à direita de k^* , o montante de investimento por trabalhador seria menor do que o necessário para manter constante o capital por trabalhador. Nesse caso, o termo k' é negativo e, portanto, o montante de capital por trabalhador começa a cair, sendo que esta queda prossegue até o ponto k^* . A tendência existente para que a economia se mova para o ponto de estado estacionário é ilustrada pelas setas presentes no eixo horizontal do gráfico. O gráfico de Solow fornece, portanto, o valor do capital por trabalhador no estado estacionário. Este valor, por sua vez, está associado a um valor do produto por trabalhador no estado estacionário y^* (...) quando a economia atinge seu estado estacionário, a taxa de crescimento do produto *per capita* se estabiliza - ou seja, o produto por trabalhador cresce até o ponto onde começam a operar os efeitos dos retornos decrescentes da acumulação de capital.” (ANDRADE, 2006, p.7)



Fonte: JONES (2000) *apud* ANDRADE (2006, p.8)

De acordo com Andrade (2006, p.7) fatores como o aumento da taxa de investimento e de crescimento populacional causam um choque na economia. Nesse sentido, um aumento da taxa de investimento causa um deslocamento da curva sy para cima, e “aumenta o valor de capital por trabalhador no estado estacionário. A economia se torna mais rica no sentido de que o aprofundamento de capital ocorrido está associado a um produto *per capita* maior” (ANDRADE, 2006, p.8)

Ainda segundo Andrade (2006, p.8) diferente do aumento da taxa de investimento, um aumento da taxa de crescimento da população desloca a curva

$(n+d)k$, o que faz com que diminua o estoque de capital por trabalhado do estado estacionário. Nesse sentido “a economia tem menos capital por trabalhador do que no início e está, portanto, mais pobre” (ANDRADE, 2006, p.8)

Em relação a isso, Andrade (2006, p.9) ainda argumenta:

“(…)o modelo de Solow diz sobre as diferenças em termos de renda entre as nações: países com maior taxa de poupança/investimento tenderão a ser mais ricos, *ceteris paribus*. Países que possuem um maior volume de investimentos acumulam um maior estoque de capital por trabalhador que, por sua vez, está associado a um maior produto *per capita*. Por outro lado, países que têm uma maior taxa de crescimento populacional tendem a ser mais pobres de acordo com o modelo de Solow. Isto porque uma elevada taxa de crescimento da população requer uma maior taxa de investimento para que haja um aprofundamento de capital” (ANDRADE, 2006, p.9)

Contudo, até o atual ponto da análise não foi considerado que as economias tem seu crescimento sustentado pela renda *per capita*, de forma que “o crescimento do produto por trabalhador cessa quando a economia atinge seu estado estacionário. Entretanto, quando se introduz o progresso tecnológico no modelo, este é capaz de gerar crescimento sustentado da renda *per capita*” (ANDRADE, 2006, p.9)

Segundo Jones (2000 *apud* Andrade, 2006, p.9) o progresso tecnológico atua de forma compensatória os efeitos decrescentes sobre a acumulação de capital. Consequentemente, a produtividade aumenta diretamente (pela melhoria na tecnologia) como também indiretamente (pelas possibilidades que essas melhorias proporcionam à acumulação de capital adicional). (JONES, 2000 *apud* ANDRADE, 2006, p.9)

A função de produção com progresso tecnológico encontra-se em:

$$Y = f(K, AL) = K^\alpha (AL)^{1-\alpha}$$

Nesse sentido, A^1 é uma variável de tecnologia. Quando A aumenta ao longo do período ocorre o progresso tecnológico. É importante salientar que “o progresso tecnológico é exógeno (...)a tecnologia disponível para as empresas não é afetada por suas ações, dentre elas as atividades de pesquisa e desenvolvimento” (ANDRADE, 2006, p.9).

Pode-se dizer que no modelo “sem tecnologia” a economia tende a se direcionar para o estado estacionário. Com a introdução do progresso tecnológico sobre a análise, esta se desloca ao longo do período rumo ao estado estacionário. Segundo Andrade (2006, p.11), pode-se chegar a seguinte conclusão: “(...) o

¹ A variável (A) é conhecida como aumentadora de trabalho ou Harrod-neutra. (ANDRADE, 2006, p.9)

produto *per capita* é determinado pela tecnologia, pela taxa de investimento e pela taxa de crescimento populacional.” (ANDRADE, 2006, p.11)

Com isso, Andrade (2006, p.11) comenta:

(...)Assim sendo, pode-se destacar o papel central que o progresso tecnológico desempenha nos modelos de crescimento neoclássicos. Entretanto, ele é considerado *exógeno* e estes modelos não são capazes de explicar os fatores que o determinam – isto é, ao não modelar o progresso tecnológico, estes modelos expõem a sua principal deficiência. Outros dois resultados interessantes que se pode tirar do modelo de Solow com tecnologia são que mudanças de política econômica que promovam, por exemplo, o aumento da taxa de investimento da economia, têm efeitos temporários sobre a taxa de crescimento – isto é, mudanças de política não têm efeito de crescimento no longo prazo; e que uma mudança de política permanente pode aumentar (ou diminuir) permanentemente o nível do produto *per capita*. (ANDRADE, 2006, p.11)

Pode-se concluir que o modelo de crescimento de Solow não revela fatores limitantes ao crescimento importantes. O modelo considera o investimento *per capita*, peça fundamental na determinação do capital *per capita*. Segundo o modelo, o produto *per capita*, seria influenciado por fatores como nível de tecnologia, poupança, taxas de crescimento populacional e depreciação do estoque de capital. Neste sentido, para que o país fique em posição econômica melhor, é preciso que a taxa de poupança e investimento aumente. Além disso, de forma oposta, o aumento da população age de forma contrária e no longo prazo o crescimento do produto per capita só será bem explicado pelo processo tecnológico, que não está incorporado de forma explícita no modelo.

O presente trabalho visa demonstrar que o modelo neoclássico exposto previamente explica o crescimento, porém, ele não abrange fatores como o câmbio, por isso faz-se necessidade de explorar a importância do câmbio da China como instrumento benéfico para sua economia.

3 REGIME CAMBIAL NA CHINA

Em relação à política cambial adotada pela China, será visto o processo de mudança do regime chinês e como o regime cambial afeta as relações comerciais e econômicas da China com o mundo.

3.1 PROCESSO DE ESCOLHA DO REGIME CAMBIAL

De acordo com Ferrari Filho *et al.* (2006, p.2), há uma discussão importante sobre qual seria o regime cambial mais aconselhável aos países, que como a China, são emergentes.

Por um lado, há a visão "bipolar" em que regimes intermediários de câmbio – que envolve toda uma gama de posições intermediárias entre câmbio totalmente flutuante e câmbio rigidamente fixo – seriam menos viáveis para países com envolvimento substancial com os mercados financeiros internacionais. O argumento principal é que tais regimes fazem os países mais vulneráveis a ataques especulativos (Fischer, 2001). De outro lado, há a visão conhecida como "medo de flutuar" (*fear of floating*), segundo o qual na prática muitos países emergentes preferem limitar os movimentos da taxa de câmbio, ainda que adotem, em princípio, um regime de câmbio flutuante (Calvo e Reinhart, 2002). Tal resistência à flutuação resulta de problemas relacionados aos efeitos de uma desvalorização (e volatilidade) cambial excessiva sobre as dívidas contraídas em moeda estrangeira (em função do descasamento de moedas de firmas e bancos), sobre as próprias transações comerciais (exportações e importações), sobre a dívida pública (aumentando o prêmio de risco e *spreads* soberanos) no caso de países com dívidas emitidas ou indexadas à moeda estrangeira e, ainda, ao seu alto impacto sobre os preços domésticos. (Ferrari Filho *et al.*, 2006, p.2)

Dessa forma, pode-se dizer que através de uma análise dos pontos a ser levado em consideração, o regime cambial mais adequado aos países emergentes não é nenhum, uma vez que não há um regime cambial ótimo, que se encaixe perfeitamente a todos os países. Apesar dos regimes cambiais fixos proporcionarem vantagens como ausência de risco cambial, diminuindo a incerteza que influenciam no processo decisivo dos importadores; exportadores e tomadores de recursos financeiros internacionais e a subordinação da inflação interna à externa, esses regimes dispõem riscos elevados aos países emergente de porte

maior, trazendo perda de flexibilidade da política econômica para se contrapor a choques exógenos. (Ferrari Filho *et al.*, 2006, p.2)

Assim, pode ser viável um regime cambial suficientemente flexível que permita cada país a ajustar-se da maneira que concluir mais adequada. O que se deve levar em consideração também é a crescente importância que o comércio internacional tem para o desenvolvimento econômico dos países emergentes, uma vez que a exportações de bens e serviços podem servir como instrumento de sustentação de níveis adequados de demanda agregada, além do fato de que a exposição de bens produzidos internamente á competição internacional pode atuar como estimuladora para a produção doméstica. (Ferrari Filho *et al.*, 2006, p.3)

3.2 MUDANÇA NO REGIME CAMBIAL DA CHINA

“No dia 21 de julho de 2005, o Banco do povo da China (BPoC) anunciou que o país passaria a adotar um regime de flutuação administrada para o Yuan, baseada por uma cesta de moeda, abandonando o sistema de câmbio fixo da moeda chinesa em termos do dólar, adotada por mais de uma década. A partir de julho, o Yuan Renminbi passou a poder flutuar dentro de uma banda estreita (inicialmente de 0,3%). Dentre a cesta, analistas de mercado acreditam que o dólar norte-americano responderá por cerca de 45%, o iene japonês por 20% e o euro por 15%.” (CUNHA, 2005, p.92).

É importante ressaltar que “a opção de ligar o yuan a uma cesta de moedas, enfatizando o caráter ‘gradual’ e ‘adaptativo’ do novo sistema, parece revelar a preocupação do governo chinês em equilibrar tensões contraditórias.” (CUNHA; BIANCARELI, 2005, p.15)

A flexibilização do Yuan pode ser vista como uma estratégia política de longo prazo, de forma a regular parcelas da produção como também distribuição de riquezas. Além de ser uma ferramenta para modernização chinesa, constituindo assim, não um fim determinado pela adesão a uma definitiva ordem liberal. (CUNHA; BIANCARELI, 2005, p.12)

De acordo com Cunha e Biancareli (2005, p.14), as intervenções cambiais estavam em busca de preservar a competitividade das moedas diante do dólar americano. Dessa forma, ao atrelarem suas moedas ao dólar o continente asiático

estaria criando uma “área periférica” ligada ao centro norte-americano tanto no âmbito financeiro como também comercial. A reforma respondia positivamente ao atendimento dos objetivos de responder às pressões advindas do governo norte-americano, que faziam eco aos interesses privados, financeiros e não financeiros, em tono de uma eventual valorização do Yuan chinês frente ao dólar norte-americano.

“O anúncio do Banco do Povo da China (BPoC) fala em: ‘(...)aprimorar o sistema de economia socialista de mercado da China, capacitando os mercados de desempenharem de forma plena a alocação dos recursos(...) e garantir “maior flexibilidade” na relação do dólar ao renminbi’. Por outro lado, o BPoC manteve o compromisso de atuar no mercado em função de uma estratégia econômica mais ampla, o que fica explícito ao anunciar que ‘(...)irá fazer ajustes na banda cambial do RMB² sempre que necessário de acordo com os movimentos de mercado e, também, com a situação econômica e financeira’. Assim, o BPoC considera-se responsável por ‘(...)manter a taxa de câmbio do RMB basicamente estável em um nível adaptativo e de equilíbrio, de modo a promover o equilíbrio do balanço de pagamentos e assegurar a estabilidade macroeconômica e financeira.” (CUNHA, BIANCARELI, 2005, p.14)

A política cambial chinesa atua de forma a aumentar não só competitividade, mas também preocupações para seus parceiros comerciais, de forma que estes passam a ver a China mais como uma ameaça do que como parceiro.

“Some analysts contend that China deliberately ‘manipulates’ its currency in order to gain unfair trade advantages over its trading partners. They further argue that China’s undervalued currency has been a major factor in the large annual U.S. trade deficits with China and has contributed to widespread job losses in the United States, especially in manufacturing. President Obama stated in February 2010 that China’s undervalued currency puts U.S. firms at a “huge competitive disadvantage’ and he pledged to make addressing China’s currency policy a top priority. At a news conference in November 2011, President Obama stated that China needed to ‘go ahead and move towards a market-based system for their currency’ and that the United States and other countries felt that ‘enough is enough”³ (MORRISON; LABONTE, 2011, p.1)

² RMB ou Renminbi; pode ser atendido também como CNY; CN¥; ¥; 元; ou CN元 e consiste na moeda oficial chinesa, gerada pelo Banco do Povo da China. O Renminbi advém de uma simplificação do *rénmínbi*; 人民幣, que significa moeda do povo.

³“Alguns analistas alegam que a China acaba manipulando a moeda para ganhar vantagens comerciais injustas sobre seus parceiros comerciais. Alegam também que a moeda desvalorizada da China tem sido um dos fatores para os grandes déficits comerciais dos E.U.A , além de ter contribuído para a perda de empregos generalizada norte-americana, principalmente no setor industrial. O presidente Obama alertou em fevereiro de 2010 que a moeda desvalorizada da China coloca as empresas norte-americanas em ‘grande desvantagem competitiva’ e apontou a política cambial chinesa como prioridade máxima. Em novembro de 2011, o presidente norte-americano declarou que a China precisava ‘ir em frente e adotar uma política cambial de mercado e que os Estados Unidos, assim como outros países estavam no seu limite.”

Dessa forma, a política cambial protecionista atua positivamente à economia chinesa, uma vez que aumenta o grau de competitividade perante seus interesses comerciais internacionais, porém o mesmo não ocorre com seus parceiros comerciais de forma que essa arma comercial chinesa pode atuar injustamente em negociações entre os países, fazendo com que os produtos chineses fiquem mais baratos fazendo com que aumentem as importações de países como os Estados Unidos desses produtos, por exemplo. Assim, fica difícil para os outros agentes atuantes no mercado comercial global contraporem esse artifício poderoso que a China tem em suas mãos.

Segundo Cunha (2007, p.98), a estratégia de ajustar ao nível da taxa de cambio do RMB auxilia de forma paralela a estratégia de desenvolvimento sustentável com base na demanda interna além de otimizar alocação de recursos. Além disso, aprimora a independência da política monetária e amplia a efetividade dos controles financeiros; contribui para equilíbrio entre importações exportações; desenvolve condições comerciais; direciona à estabilidade de preços como também à redução de custos para o setor privado; incentiva as empresas a desenvolver sua capacidade de inovação, contribuindo para aceleração das transformações nos padrões de crescimento do comércio exterior, expandindo a competitividade internacional. Também atua na forma de melhorar confiança perante aos riscos; ajuda a otimizar o uso do capital estrangeiro a fim de alcançar sua maior eficiência. E por fim, também atua conduzindo a utilização plena dos recursos não só domésticos como estrangeiros, nos mercados não só externos como também nos locais, ampliando eficientemente o grau de abertura ao mundo. (CUNHA, 2007, p.98)

A notável presença da participação chinesa no comércio mundial é vista em, pelo menos, três sentidos: primeiro em seu *drive* exportador que vem pressionando de forma competitiva as economias não só industrializadas como também as em desenvolvimento; na demanda por matérias-primas e energia; e por fim em sua formação como polo de investimentos. (CUNHA, 2007, p.98)

De acordo com Cunha e Biancareli (2005, p. 15) “a pressão pela valorização do Yuan frente ao dólar manifesta-se no plano comercial, especialmente nas ameaças de retaliações protecionistas dos E.U.A”

Seria muito arriscado e perigoso, se a China se jogar confiantemente na total liberalização de sua conta capital, permitindo que o mercado determine livremente as taxas de juros e taxas cambiais. Dessa forma, o ideal seria se focar nas reformas financeiras e as mudanças do regime do país, a fim de analisar as possíveis consequências como de forma de prevenção e controle. Para isso, levaria tempo e paciência, o que não seria problema para a economia chinesa a não ser que não houvesse total interação com o mercado internacional, crises e dinamismo do mesmo. Além disso, a condição de emergência da economia chinesa faz dela uma economia ainda incerta, não pela dúvida em si, mas pela sensação de confusão perante a imprevisibilidade da economia mundial como um todo.

Apesar de na década de 1980, os modelos alemão e japonês (reproduzido pelos NICs asiáticos⁴) mostrarem alto dinamismo, na década seguinte o que era eficaz passou a ser visto como instável. E o Estado pode ser questionado pela experiência de direcionar as forças de mercado. (CUNHA; BIANCARELI, 2005, p.12)

“os países periféricos melhor sucedidos na promoção do crescimento vêm perseguindo os ecos das estratégias desenvolvimentistas e intervencionistas – especialmente no que se refere à regulação dos mercados financeiros – que viabilizam a reconstrução européia e japonesa no pós-guerra.” (DOOLEY; GARBER, 2005 *apud* CUNHA; BIANCARELI, 2005, p.13).

Com isso, pode-se dizer que a reforma cambial através de uma flutuação controlada com base a uma cesta de moedas, vinculava o yuan ao dólar e dava maior flexibilidade da moeda chinesa com as moedas dos outros agentes comerciais. Essa reforma pode ser analisada como principal estratégia de expansão comercial chinesa. Dessa forma, a China já está a caminho da liberalização da conta capital ao lançar o RMB no mercado internacional. Essa mudança acarretou mudanças no Sistema Monetário Internacional, de forma a lançar novas condições comerciais aos agentes do mercado mundial. Se a China continuar a controlar o RMB sabiamente e conseguir lidar com as consequências do poder e atenção que essa reforma trouxe, o RMB terá uma importância cada

⁴ NIC dá sentido à sigla inglesa “newly industrialized countries”, ou países recentemente industrializados. No caso asiático, faz parte dos NICs países como Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura (Tigres Asiáticos) além da Índia, Malásia, Tailândia, Indonésia e China.

vez maior frente à economia mundial, até se tornar a moeda chave do jogo internacional.

De acordo com Cunha e Biancareli (2005, p.12), a experiência chinesa reacende atenção aos modelos alternativos de crescimento capitalista onde a corrente liberal tem por “antagonismo conceitual os distintos modelos organizados” (CUNHA; BIANCARELI, 2005, p.12).

(...)a China se percebe como uma civilização em busca de espaços de reprodução e afirmação em uma realidade internacional complexa, onde não parece ser possível qualquer estratégia de isolamento, tanto na esfera política quanto econômica. Assim, a expansão das bases materiais da sociedade torna-se fonte de acumulação de poder. O desenvolvimento econômico é um objetivo e, ao mesmo tempo, um pré-requisito para a existência da nação, sua coesão interna e proteção externa. As políticas econômicas nas mais diversas dimensões funcionam de forma subordinada ao objetivo maior de fortalecimento e perpetuação da nação (ou civilização) chinesa. (CUNHA; BIANCARELI, 2005, p.13)

Dessa forma, a internacionalização da moeda chinesa vai depender de seu mercado financeiro doméstico. Há, com isso, duas formas de analisar essa internacionalização. Se considerar prioritariamente a rapidez do desenvolvimento econômico e financeiro do país, essa internacionalização tem chances de ocorrerem em um prazo curto. Porém, tudo não passa por especulação, pois da mesma forma que não há uma política cambial ideal a ser seguida pelas economias, dado que cada uma tem sua análise, não há como saber como será essa internacionalização do Yuan.

De acordo com Cunha e Biancareli (2005, p.15), em âmbito interno havia de se conciliar o fortalecimento da moeda doméstica com o equilíbrio do sistema financeiro. Pelo fato de nos últimos anos, os bancos chineses terem sido capitalizados com ativos financeiros em dólares, uma valorização do Yuan em estágios desejados pelos Estados Unidos “poderiam causar um desequilíbrio patrimonial nos bancos chineses, com efeitos potencialmente desestabilizadores sobre o sistema financeiro, em particular, e o conjunto da economia em uma perspectiva mais geral.” (CUNHA; BIANCARELI, 2005, p.15)

É sempre importante ressaltar que caso tal mudança no regime cambial não fosse feita, ficaria difícil lidar com os desequilíbrios internacionais de pagamentos.

(...)esperava-se que uma valorização do Yuan poderia fazer com que a taxa de câmbio real e efetiva do dólar caísse o suficiente para reverter a trajetória explosiva dos déficits em transações correntes dos E.U.A – que passaram de um patamar médio de 2% no PIB no começo dos anos 1990 para algo entre 6% e 7% do PIB no biênio 2004-2005. Por conta de tal expectativa, a China passou à experimentar uma maior absorção de capitais de curto prazo, que passaram a apostar em um Yuan mais forte nos mercados futuros. O debate em torno do nível da taxa de câmbio de equilíbrio do Yuan vincula a presença crescente da China no comércio internacional à manipulação da taxa de câmbio. Tal competitividade seria espúria na visão de muitos, denotando a perseguição de uma estratégia mercantilista por parte da China.(CUNHA; BIANCARELI, 2005 p.15)

Em relação a isso, Cunha e Biancareli (2005, p.15) ressaltam que apesar de tentativas de se obter uma definição ideal de uma taxa de equilíbrio, essa busca gera ainda mais divergências, uma vez que “apontam resultados muito dispersos que vão desde ausência de subvalorização até níveis em que esta atinge cerca de 50%.” (CUNHA; BIANCARELI, 2005, p.15)

A análise dos impactos de uma política cambial protecionista, como é o caso da China sobre o âmbito internacional, e principalmente sobre potências expressivas como os Estados Unidos, por exemplo, pode parecer complexa. Porém, é certo, o fato de que se o Yuan permanece desvalorizado, ele pode atuar como subsídio de exportação indireto, que faz com que os preços dos produtos chineses fiquem baixos e atrativos, e com isso, aumentar a demanda de importação por parte de países como os Estados Unidos.

De certa forma, pode ser vantajoso para os Estados Unidos, como as empresas que utilizam componentes de produção provenientes da China, mas isto pode se virar contra eles mesmos, no sentido que esta vantagem para as empresas pode afetar negativamente as importações americanas, além de limitar o nível de exportações dos Estados Unidos para a China.

O processo de abertura comercial e internacionalização econômica da China traz consigo dilemas a serem confrontados. Em relação a isso, Vieira (2006, p.411) destaca:

“(...) dentre os dilemas, encontra-se a Trindade Impossível, como destaca Krugman (1999), onde uma economia integrada à economia mundial tem que escolher entre dois dentre três objetivos: estabilidade da taxa de câmbio, independência monetária ou integração no mercado financeiro. A ideia é que, caso a China deseje preservar a independência da política monetária devesse enfrentar um tradeoff entre os outros dois objetivos, ou seja, teria que abrir mão da rigidez cambial (flexibilizar o regime cambial)

ou diminuir o grau de integração no mercado financeiro, o que parece menos provável. (VIEIRA, 2006, p.411)

3.3 CONSEQUÊNCIAS DA MOEDA DESVALORIZADA

Segundo Krugman (2010), as consequências dessa política de manipulação cambial chinesa é clara, no sentido em que a China sobrecarrega impostos sobre as importações enquanto subsidia as exportações, alimentando assim, um enorme superávit comercial. Uma moeda desvalorizada sempre tem promovido superávit comerciais, e a China não é uma exceção.

De acordo com Morrison e Labonte (2011, p.21):

"Many policymakers might expect that if China significantly appreciated its currency, U.S. exports to China would rise, imports from China would fall, and the U.S. trade deficit would decline within a relatively short period of time. For example, C.Fred Bergsten contends that a marketbased RMB would lower the annual U.S. current account deficit by \$100 billion to \$150 billion. But the issue of the possible effects of an RMB appreciation on the U.S. economy is complicated by the fact that there are a short-term and long-term implications of RMB appreciation, and that exchange rates are but one of many factors that affect trade flows." (MORRISON; LABONTE, 2011, p.21)

Uma moeda desvalorizada promove superávits comerciais, e o caso chinês não se faz exceção. Como efeito de sua desvalorização cambial, a China acaba ganhando por parte dos dois lados uma vez que as importações ficam mais caras pela sua tributação e suas exportações acabam sendo subsidiadas, resultando no superávit de sua balança comercial. (KRUGMAN, 2010).

Conforme Morrison e Labonte (2011, p.24):

"(...)economists generally oppose the use of policies (such as subsidies and trade protection) that interrupt market forces and distort the most efficient distribution of resources. A fixed or managed float exchange rate whose level is not adjusted when economic conditions change might be viewed as a such a distortion. Thus, from an economist's perspective, adopting a more marketbased currency would be a win-win situation for China, the United States, and the global economy as a whole, in the sense that it would lead to a more efficient allocation of resources in both countries (though not necessarily any effect on overall employment levels, as discussed below). From a policy perspective, it could be argued that China's current undervalued currency produces economic "winners and losers" in both countries, and therefore, an adjustment to that policy would produce a new set of economic "winners and losers." Although numerous factors affect global economic growth and trade flows, let us assume that

an appreciation of the RMB produces a significant change in trade.”⁵
(MORRISON; LABONTE, 2011, p.24)

Nesse sentido, os Estados Unidos têm tentado convencer as autoridades chinesas que uma valorização do Yuan é do próprio interesse da China, uma vez que uma moeda desvalorizada acarreta na inflação e atinge os salários reais dos trabalhadores, mas por outro lado, atua de forma positiva às empresas. Dessa forma, não é totalmente ruim para as autoridades chinesas uma menor flexibilidade do RMB.

Segundo Levy *et al.*(2006, p.86):

(...) o renminbi foi desvalorizado em cerca de 400% em termos nominais entre 1981 e 1995, permanecendo praticamente constante desde então (até julho de 2005), apesar do forte aumento das reservas internacionais. Evidentemente, a moeda subvalorizada contribuiu para elevar as exportações. Entretanto, essa influência deve ser relativizada quando se observa que boa parte das exportações chinesas, em especial as mais dinâmicas, possui um alto componente importado. (LEVY,P. *et al.*, 2006, p.86)

O que acontece é que com um câmbio muito desvalorizado, fica difícil competir com a China, além disso, mesmo que, considerando a tendência de valorização do Yuan no mercado internacional, as empresas estrangeiras, provavelmente, continuarão a investir na China. Além disso, com uma valorização provoca uma mudança nos salários reais, o que dificulta um pouco de suas exportações e conseqüentemente facilitando as importações. Isso ocorre pelo aumento do poder de compra dos trabalhadores chineses, pois os produtos chineses acabam ficando no mercado doméstico, ficando mais baratos que os importados.

Sendo assim, até que a economia chinesa não se afete em nenhum sentido expressivo, o governo parece seguir em direção ao tradicionalismo de

⁵ “Economistas usualmente se opõem ao uso de políticas, como subsídios e proteção comercial que interrompem as forças de mercado e distorcem a distribuição dos recursos eficientemente. A taxa de cambio fixa ou flutuantes administradas, na qual seu nível não está ajustado em uma mudança econômica pode ser vista como uma distorção. Além do mais, em uma perspectiva econômica, a adoção de uma moeda ‘de mercado’ ou no caso, não-fixa, pode criar uma situação de ganhos para a China, Estados Unidos e a economia global como um todo, no sentido em que caminhará para uma alocação eficiente dos recursos dos dois países (não necessariamente efeitos nos novéis de empregos). De uma perspectiva política, pode ser argumentado que a política cambial desvalorizada produza na economia ‘vencedores e perdedores’. Porém, apesar de vários fatores que afetam o crescimento global e fluxos de comercio, pressupõe-se que uma valorização do RMB acarrete uma mudança significativa no comércio. (MORRISON, LABONTE, 2011, p.24)

controlar e alargar conforme as condições do mercado internacional. Enquanto eles tiverem o poder de “dançar conforme a música escolhida por eles mesmos”, nenhuma mudança expressiva está por vir. A não ser que os Estados Unidos, por exemplo, não responda com tarifas sobre esses “subsídios” na exportação que a China parece disponibilizar, a situação cambial vai continuar nas reclamações dos americanos mesmo.

4 MERCADO DE TRABALHO

Em relação ao mercado de trabalho, será exposta uma análise dos efeitos da política de baixos salários e como o mercado de trabalho da China afeta o cenário internacional.

4.1 OS EFEITOS DOS BAIXOS SALÁRIOS

Desde sua entrada no cenário econômico mundial, a China tem incomodado em alguns sentidos o restante do mundo. Dessa forma, é importante ressaltar os fatores acumulativos ao seu sucesso não foi seu mercado doméstico forte e atrativo nem sua capacidade de inovação. Seu sucesso está altamente ligado aos seus diferenciais de concorrência frente ao mercado internacional, como suas taxas cambiais competitivas e seu trabalho barato, que proporcionam aos chineses, vantagens sobre seus países concorrentes.

Nos últimos 60 anos, pode-se dizer que a China conta com uma população economicamente ativa na casa dos 60% da porcentagem mundial. Dos 830 milhões de trabalhadores, 300 milhões são agrícolas (autônomos e assalariados) e 250 milhões são urbanos (setor industrial; comercial e de serviços), 160 milhões na indústria; comércio e serviços existentes nas áreas rurais e 120 milhões assalariados migrantes, sem contar com os 143 milhões de aposentados.

De acordo com Pomar (2011), no período de 1980 a 2010, a força de trabalho teve um crescimento de cerca de 300 milhões. O número de trabalhadores agrícolas continuou o mesmo, mas, o mais interessante é que mais de 200 milhões de trabalhadores se transferiram das áreas rurais para as áreas urbanas. Nesta perspectiva, o mercado de trabalho chinês desperta o interesse comum, uma vez que muitos ainda acreditam que os preços baixos das mercadorias chinesas se devem, em grande parte, dos salários praticamente a nível de “trabalho escravo”.

A questão trabalhista na China pode ser vista como um dos principais fatores que devem chamar a atenção mundial. Em meio ao processo de transição

do país, a principal característica nesta transição pode ser o mercado de trabalho. Neste sentido, deve ser levado em consideração a implantação do pleno emprego durante a década de 50. Baseados no sistema “3 por 1” na qual três trabalhadores ocupavam o mesmo posto de trabalho “formando uma espécie de emprego vitalício designado pelo sistema de alocação governamental” (POMAR, 2011)

Ainda segundo Pomar (2011), esse sistema proporcionou à China emprego a toda força de trabalho. Sendo assim, o próprio empregador era responsável pelo empregado em questões de serviços sociais; aposentadoria e auxílio na saúde, por exemplo. Porém, embora pareça fornecer estabilidade aos trabalhadores, na verdade consistia em elevação da produtividade, acabava impedindo o desenvolvimento das forças de produção e, assim, matinha a população em condições de baixo nível de consumo e riqueza.

Contudo, o cenário começou a mudar com as reformas das zonas urbanas, em 1984. Com a adoção da economia de mercado “a força de trabalho se transformou em mercadoria” (POMAR, 2011)

Assim, como estava acostumado o restante do mundo, os trabalhadores podiam ter escolha aonde iriam trabalhar, de acordo com seus propósitos. E os empregadores também tinham autonomia de contratar e despedir conforme seus interesses e necessidade.

Pode-se dizer que tal processo foi um processo contínuo e planejado. De acordo com Vladimir Pomar (2011):

“(...)Tal processo não se implantou bruscamente. Por um tempo, as estatais e os governos locais se encarregaram de criar alternativas para a realocação dos excedentes e evitar um desemprego maciço. Somente depois de dez anos o mercado de trabalho se instalou em toda a China. Hoje, ele atende 40 milhões de micro e pequenas empresas urbanas comerciais e de serviços, 22 milhões de empresas industriais rurais de povoados e cantões e centenas de milhares de médias e grandes empresas. São empresas privadas nacionais, privadas estrangeiras, públicas cooperativas, públicas estatais e mistas.” (POMAR, 2011)

Faz-se importante ressaltar que aqueles trabalhadores que estavam despreocupados com a ampla utilização dos fatores de produção e estavam ansiosos para alcançar a alta produtividade mudaram sua concepção.

Em 1978, o governo de Deng Xiaoping permitiu que nas zonas que abrangessem a costa do país (de Hong Kong a Xangai) fossem constituídas quatro

zonas econômicas que fossem abertas ao investimento internacional, ou seja, estas quatro zonas formariam a região regida pelas regras de mercado; do capitalismo.⁶

Em seguida, o Partido Comunista Chinês possibilitou que as empresas pudessem contratar trabalhadores por um certo período de tempo, dando o primeiro passo para desrespeito às condições trabalhistas, uma vez que segundo o novo sistema os recém contratados anulariam seus benefícios sociais conquistados no passado, fazendo com que em 1987 8 milhões de funcionários estivessem submetidos a essa nova regra.

Segundo o PSTU (2010), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, o que se faz interessante ressaltar é que ao longo dos anos, as estatais passaram a transferir o controle nesse âmbito para as empresas estrangeiras, de forma que as privatizações estatais e o crescente investimento vindo do exterior mudaram o cenário no mercado trabalhista. Segundo artigo publicado pelo PSTU, feito em 2010, “no final dos anos 1990, as estatais empregavam apenas 12% dos trabalhadores, contra 70% em 1985, e 78% em 1979”.

Dessa forma, pode-se dizer que com parte do controle ou controle em sua maioria nas mãos do capital estrangeiro, os trabalhadores ficam dependentes dos interesses estrangeiros, fazendo com que as condições trabalhistas caiam, e os salários que naturalmente já começaram baixos, continuem baixos, uma vez que é de interesse dos investidores um custo de produção o mais reduzido possível, não importando quem se prejudique.

Segundo Levy *et al.*(2006, p.86):

O mercado de trabalho na China possui uma característica rara hoje em dia: salários nominais flexíveis. Esse fenômeno contribui para explicar por que a inflação é relativamente baixa, não obstante o forte ritmo de crescimento da economia nos últimos 27 anos, pois não é necessário que a inflação se acelere para reduzir os salários reais na eventualidade de choques. Além disso, ainda hoje existe um grande contingente de trabalhadores no campo, com rendimentos próximos ao nível de subsistência. Esses trabalhadores contribuem para evitar maiores aumentos de salários nas zonas urbanas, principalmente entre os menos qualificados. (LEVY, P. *et al.*, 2006, p.86)

⁶ As seguintes referências foram retiradas de artigos do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Disponível em: http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1935

Média de Salários na Indústria por hora	
País	US\$/Hora
Alemanha	44.00
Holanda	40.00
E.U.A	34.00
Brasil	10.00
Estônia	9.47
Hungria	8.40
Taiwan	8.36
Polônia	8.01
México	6.23
Filipinas	1.90
China	1.36
Fonte: Bureau of Labor Statistics, International comparisons of hourly compensation costs in Manufacturing Washington, 2011. Tabela feita por aluno	
Dados disponíveis em http://www.fecomercio.com.br	

Segundo Pastore (2012), dados publicados mostram que o custo do fator trabalho na indústria brasileira é um dos mais baixos e o salário por hora médio do setor manufatureiro está em torno de dez dólares. Em comparação, a média dos norte-americanos ficou em torno de US\$34, na Holanda ficou em torno de US\$40 e na Alemanha US\$44. Se fosse assim o Brasil estaria em vantagem para competir no campo de trabalho, porém deve-se focar naqueles que proporcionam custos trabalhistas menores. Dentre estes países, a Estônia, que possui alto nível de educação e produtividade oferece um salário de US\$9,47 por hora.

A China destaca-se por si só, uma vez que se encontra no fim da lista com salários baixíssimos em comparação com o nível mundial. O que é válido destacar é que mesmo países que não possuem o apelo tecnológico ou estrutural como os desenvolvidos do topo da lista, países como Estados Unidos e Alemanha, a China ainda se encontra abruptamente em vantagem, caso leve-se em conta o custo de produção baixo através desses custos salariais insignificantes.

O tom de alerta, em termos da ameaça que a China representa, está no fato em que os baixos salários atuados na China podem ser vantajosos, uma vez que barateia as produções, além de que atrai a produção estrangeira, trazendo investimentos ao país e deixando o destino em países como os Estados Unidos de segundo plano. Nesse sentido, José Pastore (2012) destaca que:

Os últimos dados sobre os Estados Unidos revelam que o setor privado vem reduzindo salários de admissão não só por força da crise, mas também para atrair de volta uma parte dos empregos que foram para a Ásia. Ao longo de 2010 foram muitas as novas contratações por US\$ 12 a US\$ 19 por hora, ante US\$ 21 a US\$ 32 dos empregados mais antigos. Isso ocorre até na indústria automobilística, que sempre foi o paraíso dos altos salários. Os americanos entenderam ser melhor perder alguns dólares nos salários para reter vários milhões de empregos. Esse foi o tema de uma série de artigos bem documentados do The New York Times e que recebeu o sugestivo título de Working for less. (PASTORE, 2012)

Desvendar a chave para o sucesso econômico da China vai muito além do planejamento ou do controle governamental. As altas taxas de crescimento econômico se devem a degradações nas condições trabalhistas, resultado do capitalismo no país. Foi visto que a maioria dos trabalhadores chineses sobrevivem com salários baixos, e há quem diga que sem condições sub-humanas e sem direitos trabalhistas. Mas, o fato é que quando se fala de trabalhadores na China, é comum associar-se a injustiça e superexploração.

Segundo PSTU (2010), no período de 1990 a 2000, 30 milhões de empregos no setor público desapareceram e zonas industriais tradicionais no país foram abandonadas e arruinadas. Ainda segundo a referência, os que acreditam que “a China se tornará um novo país imperialista que competirá de igual para igual com os Estados Unidos” cairá na armadilha e sairá equivocado. O crescimento chinês está dependente dos interesses das empresas estrangeiras e dependentes, principalmente, do atrativo baixo custo de produção.

Os ritmos de trabalho das empresas são extenuantes, excedendo muitas vezes 12, 16 ou 16 horas. O crescimento chinês se baseia nos baixos custos de uma mão de obra superexplorada. Os baixos salários e a falta de regulamentação trabalhista são os grandes atrativos das empresas multinacionais. Se em 1983, os salários representavam 56,3% do PIB, em 2005 esse índice baixou para 36,7%(...). Os sindicatos são controlados pelo governo, ou seja, sempre estão ao lado da patronal, por isso qualquer luta que pretenda obter algum tipo de conquista é realizada de forma independente. Nem mesmo uma tímida lei de contratação trabalhista aprovada em 2007 é respeitada. Na ausência de fiscalização, nenhuma empresa a cumpre. (PSTU, 2010)

Dessa forma parece que o ambiente revolucionário e expansivo, inspirados pela Revolução Chinesa⁷ de 1949, parece ter dado lugar ao retorno de dependência, dessa vez do próprio mercado, uma vez que sem barateamento dos custos produtivos, as empresas ficam mais atraentes em outros países, passando a

⁷ Revolução Comunista de 1949, na qual os comunistas, com liderança de Mao-Tse-Tung, tomaram o poder e instituíram a República Popular da China. A partir dela, a China passa por um processo de reformas voltadas para um controle do Estado sobre a economia.

destinar seu capital para outro país concorrente dos chineses e desenvolvendo outra região, a não ser a China. Assim, ficando dependentes dessa variável, parece voltar-se para a situação de escravidão e repressão.

Segundo Pastore (2010) mesmo com um avanço relacionado à voz dos trabalhadores chineses, a situação ainda parece não ter melhorado:

“as vantagens comparativas da China em infraestrutura, impostos baixos, crédito fácil e cadeias de distribuição eficientes continuam enormes; e os salários chineses continuam baixos. Os operários industriais trabalham jornadas esticadas e ganham o equivalente a US\$ 400 ou US\$ 500 mensais (e até menos), enquanto no Japão, EUA e União Europeia ganham mais de US\$ 3 mil. Gerentes e técnicos de alta especialização - raros e bem pagos - recebem cerca de US\$ 2.500 por mês (média), quando no mundo desenvolvido ganham acima de US\$ 5 mil mensais.” (PASTORE, 2012)

De acordo com Pomar (2011), o cenário mudou consideravelmente, na medida em que não haviam muitas ambições no âmbito de aspirações profissionais como escolha de carreira; preocupações pela competitividade por vagas ou desemprego. Agora, de acordo com a regência do mercado, havia mais uma preocupação com a disputa por vagas de emprego. Além disso, houve dinâmica também na diversificação dos profissionais. Enquanto algumas profissões desapareceram ou se tornaram insignificantes, outras como as relacionadas ao setor de transportes; comunicações; finanças e turismo, além de claro as relacionadas com tecnologia, se tornaram destaque.

Outra questão que merece destaque é que para equivaler esse crescimento e desenvolvimento do mercado de trabalho, pode-se dizer que devem ser criados milhões de empregos a fim de atender à incorporação dos jovens no momento em que entram na idade de trabalhar. Na década de 80 o número de trabalhadores prestes a serem inseridos no mercado de trabalho beirava 14 milhões. Mesmo que o governo tenha lançado a política do filho único para contrair essa tendência, ainda há um número considerável de 9 milhões de vagas ao ano e 4% da população ativa estava sem oportunidades de emprego. (POMAR, 2011).

De acordo com Vladimir Pomar (2011), é importante ressaltar o controle governamental na economia chinesa, no caso, no acompanhamento dos movimentos do mercado de trabalho. O Estado passa a fazer com que sejam cumpridas as leis, que sejam pagas o seguro-desemprego além de fazer com que sejam feitas a manutenção e instalação das indústrias intensivas de trabalho, uma vez que geram bastante empregos. Além disso, o Estado aprovou uma lei de

promoção do emprego de modo a impedir que o desemprego chegue a casa dos 4%, levando através desta lei a criação no período de 2005 a 2010 mais de 45 milhões de oportunidades de empregos no país.

(...)Embora os salários tenham subido, em média, 6% ao ano, ainda estão longe dos níveis internacionais, mas são compatíveis com os preços locais. Em outras palavras, em termos nominais, relacionados aos salários em outros países, são baixos. Em termos reais, referentes a seu poder aquisitivo, são razoáveis ou elevados. Os salários médios mensais dos migrantes em 2006, por exemplo, eram de 953 yuans, ou US\$ 125. Pela paridade cambial, esse valor é insignificante. No entanto, pela paridade do poder de compra ou em relação aos preços internos chineses, seu poder aquisitivo é de três a cinco vezes superior a um salário brasileiro equivalente a US\$ 125. Os salários médios das estatais, correspondentes a US\$ 1.032 em 1999, se elevaram para US\$ 4.539 em 2008. (POMAR, 2010)

De acordo com Pastore (2010), a pressão para aumentos salariais no país são sérios. Passeatas, greves e até suicídios dos trabalhadores levaram empresas aumentarem seus salários em níveis de 15% a 20% no ano de 2010. Ainda de acordo com José Pastore (2010):

“Ao contrário do que ocorria no passado, o governo atual fechou os olhos às manifestações operárias por estar interessado em estimular o comércio doméstico e reduzir a dependência chinesa das exportações de preço baixo. As autoridades das províncias concedem nestes dias, seguidos aumentos no salário mínimo. Os municípios industrializados (Shenzhen) elevaram o valor da hora extra para 300%.” (PASTORE, 2010)

Mesmo com aumento salarial, e aparente melhoria nas condições trabalhistas a medida em que a China alcança, cada vez mais, números de sucesso econômico, é possível concluir que não só essas melhorias não estão nem perto do ideal, e comparável aos níveis internacionais, como também é possível dizer que a China encontra-se numa situação extremamente dependente do âmbito estrangeiro. Nesse sentido, Pastore (2010) comenta:

“Os produtores industriais dizem que, nos últimos cinco anos, o peso dos salários na produção industrial passou de 2% para 12%, enquanto o lucro líquido caiu de 15% para 8%. Muitas empresas estão planejando se mudar, ou já se mudaram, para o interior do país e também para a Índia, Vietnã, Malásia, Filipinas, Indonésia e Bangladesh, onde os salários são mais baixos. Tais comparações não acalmam as multinacionais. Elas estão de olho na Tailândia, onde o salário médio de um operário industrial é de US\$280 mensais (média), na Índia de US\$200 e no Vietnã de US\$100. (PASTORE. 2010).

4.2 CONSEQUÊNCIAS DO AUMENTO SALARIAL

É fato que a China utiliza dos baixos custos de produção através dos baixos salários, para baratear seus produtos e consolidar uma vantagem comercial em cima dos outros países. Para ilustrar tal importância, segundo artigo publicado no norte-americano “the economist”, em fevereiro de 2012:

“Vietnam has done well positioning itself with companies turned off by China’s rising wages and an appreciating renminbi. In recent years, it has attracted the types of industries that flocked to its larger neighbor in the 1990s: clothing manufacturers, high-tech manufacturers and auto-makers. Labour in Vietnam—which is 35 to 45% cheaper even than in China’s second-tier cities such as Nanjing—is a big draw for these companies. Add to that a stable political environment, the government’s increasingly open attitude to foreign investment and business friendly policies, which provide generous tax breaks for businesses across a wide range of priority industries including high-tech, IT, education and healthcare.”⁸(ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2012)

Segundo CABRAL (2012), o cenário do mercado chinês com vantagens competitivas através dos baixos custos de produção, podem estar mudando:

“(…) A Foxconn – uma das maiores fabricantes mundiais de produtos eletrônicos para Apple, Microsoft e HP, entre outras – anunciou um aumento de até 25% para seus funcionários, elevando o salário médio para US\$ 400 por mês. O reajuste é também um reflexo das próprias mudanças ocorridas na economia chinesa nos últimos anos. “Há indícios de escassez de mão de obra qualificada, o que gera pressão salarial para empregos que exigem instrução”, afirma Luis Suzigan, economista da consultoria LCA. O resultado são aumentos significativos. Segundo o Banco Mundial, em dez anos o salário médio de um chinês passou de 36% para 48% do seu equivalente americano, e pode chegar perto dos 70% até o fim de década. (CABRAL, 2012)

Para empresas estrangeiras que utilizam da China como terreno de suas produções, o aumento dos salários não é a única mudança preocupante, há também mudanças no direito previdenciário, que obriga funcionários estrangeiros a contribuir para a previdência do país.(CABRAL, 2012)

Segundo Morena (2012), o aumento salarial chinês faz com que as empresas se desloquem para outros países, principalmente o Sudeste Asiático,

⁸ “O Vietnã tem conseguido bem em receber as empresas que se desligaram da China, por causa dos salários mais altos e a valorização do renminbi. Ultimamente, tem atraído indústrias que se fixavam no país vizinho: fabricação de roupas, alta tecnologia e montadora de carros. O trabalho em Vietnã- o qual é 35% a 45% mais barato que cidades como Nanjing, China- é uma boa oportunidade para as empresas. Além disso, há iniciativa governamental, que abre o país para investimento externo e política favorável através de incentivos fiscais para as empresas na forma de uma ampla gama de setores prioritários, incluindo alta tecnologia, tecnologia de informação, educação e saúde.”

que ainda conta com baixas remunerações. Esse novo cenário deixa a imagem do país de uma “China barata” de baixos salários, moeda desvalorizada, produtos falsificados, baixas condições de educação, desemprego e população rural. Dessa forma, afeta o preço dos produtos exportados da China, e ameaça mudança no cenário comercial. Ainda segundo autora:

O 12º Plano Econômico Quinquenal de Pequim anunciou recentemente um aumento anual de 13% do salário mínimo até 2015 nas províncias chinesas, com o objetivo de garantir a estabilidade social pela diminuição da diferença entre a renda de ricos e pobres. Segundo o Conselho Nacional do Congresso chinês, os 10% mais ricos do país ganham 23 vezes mais do que os 10% mais pobres. O governo anunciou também o aumento do limite de isenção de Imposto de Renda de 2 mil yuans (R\$ 660) para 3,5 mil (R\$ 1,155).(MORENA, F., 2012)

O cenário é que o governo aumenta os salários e proporciona melhores condições trabalhistas aos cidadãos, da mesma forma que diminui privilégios antes concedidos aos estrangeiros. Com salários mais altos nos centros produtivos da China, devido ao desenvolvimento da região, o custo de vida ficou mais alto, as empresas não tem tantos lucros como antes, e por isso vão para outras regiões do interior do país, fazendo com que os centros fiquem com escassez de mão-de-obra. Ou pior, as empresas migram para outros países, já que agora a condição não é tão favorável a eles.

Dessa forma, pode-se dizer que o aumento salarial enfraquece o poder competitivo. Pode-se também apontar diversos fatores para esse aumento salarial, como melhor qualificação dos trabalhadores e aumento no custo de vida, ambos devido ao próprio crescimento que baixos salários, e abertura comercial através de incentivos às empresas estrangeiras entrarem no país proporcionaram ao país. Em contrapartida, há quem diga que o governo usou da “sabedoria milenar” para usar dos instrumentos citados para atrair investimentos, e desfazer deles na hora que fosse preciso. Dessa forma, agora que a China já entrou no mapa comercial mundial, o governo pode estar tentando estimular o mercado consumidor interno, deixando o país menos dependente de importações e do mercado mundial, principalmente com a crise que vêm assombrando países clientes de suas manufaturas.

O aumento salarial tende a beneficiar os chineses, porque com melhores salários eles podem ter melhores condições de vida, além de que muitos

trabalhadores tem voltado para perto de suas famílias, pois as empresas tem se expandido para regiões do interior do país, em busca de menores custos produtivos. (MORENA, 2012)

O objetivo do aumento salarial, obviamente não é expulsar as empresas que, até então, eram muito agraciadas com os subsídios e condições especiais que o governo proporcionava. E nem, ajudar os países asiáticos vizinhos a se desenvolverem (com o refúgio das empresas para Tailândia, Vietnã. ou outros). Aqui, pode-se dizer que o governo quer que as empresas passem a investir em bens com maior valor agregado e que tragam inovações tecnológicas, parando de “explorar” o país e vê-lo como um país em expansão, com mercado consumidor e potencial tecnológico.

5 BRASIL X CHINA

5.1 POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

Nos últimos anos, em meio ao cenário econômico mundial, pode-se dizer que o Brasil transformou sua posição de “tomador de regras” para “fazedor de regras” deixando de engatinhar no palco econômico mundial. Dessa forma, o Brasil deixou de ser “a eterna promessa”, e agarrou o termo a ele dado de “país do futuro”, promovendo políticas desenvolvimentistas para estar bem economicamente como país, para assim, investir nos cidadãos, já que um dos maiores desafios consiste em erradicar a pobreza e investir na educação.

Segundo Rodrigues *et al.* (2009, p.1), a política externa brasileira consiste na política que o país passa a adotar a fim de alcançar seus objetivos políticos e econômicos em meio ao cenário internacional. Ainda segundo os autores, no caso brasileiro,

“(...) No governo FHC a política externa foi marcada pelo modelo neoliberal, já no caso seguinte, de Lula, sua política externa se destaca por ser criativa em relação às necessidades internas e busca expandir as externas. Essa política é conhecida como universalista realista e pragmática.” (RODRIGUES *et al.*, 2009, p.1)

De acordo com CANO (1999)⁹ *apud* FARIA (2007, p.48), o processo de industrialização no país teve seu início na Primeira Guerra Mundial, com objetivo de transformação do padrão “primário-exportador”. Mas, foi a partir da década de 50 que o Brasil passou a se empenhar mais no setor industrial.

Segundo TAVARES (1999)¹⁰ *apud* FARIA (2007, p.48):

“(...) Nos primeiros anos da década de 1950, no governo de Getúlio Vargas, foi iniciado um projeto nacional-desenvolvimentista de industrialização pesada com a criação da Siderúrgica Nacional, da Fábrica de motores, da Petrobrás e do BNDE, além das empresas de mineração, metalúrgica e de construção de rodoviárias e de hidroelétricas. Esse plano era constituído por um ‘forte núcleo industrial estatal.’ (TAVARES, 1999 *apud* FARIA, 2007, p.48)

⁹ CANO, W. América Latina: Do Desenvolvimento ao Neoliberalismo.

¹⁰ TAVARES, M.C Império, território e dinheiro.

De acordo com FARIA (2007, p.48), durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o Brasil atraiu investimento direto estrangeiro utilizados em setores dinâmicos da economia brasileira como o automobilístico por exemplo. Além disso, durante o início da década de 60 a crise política no Brasil acabou por causar um desequilíbrio inflacionário, justificando as consequentes reformas no período de 1964-1966. (FARIA, 2007, p.48)

Ainda nesse sentido, o cenário brasileiro na década de 70 era de uma expansão de créditos privados em ambos setores (público e privado), em razão da expansão dos mercados internacionais (“eurodólar”) além de uma presença maior de empresas transnacionais nos setores dinâmicos da indústria do Brasil.(MEDEIROS; SERRANO *apud* FARIA, 2007, p.49)

De acordo com Silva *et al.* (2011, p.3), até o fim dos anos 80 a política comercial girava em torno das barreiras comerciais, de forma que a política predominante era a de substituir as importações. Dessa forma, “entre 1957 e 1988 a estrutura de proteção na economia brasileira se caracterizou por elevadas tarifas, barreiras não tarifárias, e regimes de importações.” (AVERBURG, 1999 *apud* Silva *et al.*, 2011, p.1)

Ainda segundo os autores, o fim da década de 80, o cenário foi de uma ampla reforma na política comercial que perdeu destaque a maior parte do sistema de proteção não tarifária, reduzindo de forma gradativa as tarifas para cerca de 0,25 comparada a tarifa do começo da década. (ARBACHE e CORSEUIL, 2001 *apud* Silva *et al.*, 2011, p.1)

Segundo Barros de Castro (2001, p.4), no período de 1980 ao Plano Real, “as empresas estrangeiras ‘hibernaram’ do ponto de vista produtivo, com políticas financeiras agressivas de preços e uma gestão flexível e super-atuantes”. Ainda segundo o autor:

“as empresas transnacionais aqui instaladas...permaneciam de mãos amarradas. De fato, dotadas de autonomia bastante limitada, continuavam enfrentando grandes dificuldades para explicar às matrizes os padrões locais de conduta. Por isto mesmo viam-se quase impossibilitadas (enquanto durasse a alta inflação) de pleitear recursos para novas iniciativas, junto às matrizes. E aqui residia um tipo muito especial de “proteção” às empresas locais.” (BARROS DE CASTRO, 2004, p.5)

Diante disso, pode-se dizer que nem as empresas investidoras instaladas no Brasil, nem os brasileiros podiam usufruir da decorrente abertura. As empresas,

como anteriormente dito, se encontravam limitadas e atingíveis pela inflação o que trazia riscos ao endividamento, portanto, não se sentiam estimuladas a investirem. Já os brasileiros, atordoados com a desenfreada dos preços não sentiram diferença da maior competitividade no mercado. O objetivo, então, ficava na busca pela estabilização. Porém, o desafio seria em intensificar a competitividade sem a atuação dos consumidores. (BARROS DE CASTRO, 2004, p.6)

Por trás de uma “abertura travada” como refere Barros de Castro (2004, p.8), havia o intuito de priorizar as empresas brasileiras frente aos competidores internacionais. Criar uma base industrial forte para estar em parâmetros condizentes aos seus concorrentes. Nesse sentido, Barros de Castro (2004, p.10) comenta:

“Na avaliação do seu fundador e principal executivo, o crescimento espetacular da empresa de perfumaria e cosméticos O Boticário – compartilhado por outras empresas nacionais do ramo (como a Natura) – só foi possível pela proteção oferecida pela “economia fechada”, e pela “hibernação” da líder de mercado, a norte-americana Avon. Em outras palavras, a gigante Avon encontrava-se, no país, flagrantemente abaixo de suas possibilidades.” (BARROS DE CASTRO, A., 2004, p.10)

Dessa forma, a política girava em torno de barreiras comerciais até os anos 90, e a partir dessa década a política voltou-se ao incentivo de capital estrangeiro no país.

De acordo com Hiratuka; Sarti (2012, p.7):

“O processo mais intenso de desnacionalização da base produtiva dar-se-ia nos anos 1990, a partir das mudanças no cenário e na política macroeconômica com a liberalização dos fluxos de comércio e investimento, os processos de privatizações e o sucesso do plano de estabilização inflacionária, mas em um quadro de relativa instabilidade macroeconômica e crescente vulnerabilidade externa. A reestruturação produtiva e patrimonial promoveu maior grau de concentração empresarial e de especialização setorial, reduziu o grau de articulação e encadeamento produtivo entre as atividades domésticas e ampliou o grau de integração com o exterior, refletido em maiores coeficientes de exportação e de importação. Soma-se a esses movimentos a retomada dos fluxos de investimentos estrangeiros(...)” (HIRATUKA, SARTI, 2012, p.7)

A forma em que o governo dos anos 1990 encontrou para promover a abertura comercial através de investimentos externos no país foi majoritariamente por fusões e aquisições. Além disso, essas F&A pouco auxiliaram a taxa de investimento global e seus efeitos sobre o Brasil, na verdade, o IDE “melhorou o perfil da conta capital e financeira, mas também foi responsável por mudanças no

padrão de inserção comercial” (SARTI; LAPLANE, 2002 *apud* HIRATUKA; SARTI, 2012, p.8)

Tabela 2
Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro em países selecionados (US\$ milhões)

Países e Regiões	1990/95 ⁽¹⁾	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	225.321	386.140	478.082	694.457	1.088.263	1.491.934	735.146
Países desenvolvidos	145.019	219.908	267.947	484.239	837.761	1.227.476	503.144
Países em desenvolvimento	74.288	152.685	191.022	187.611	225.140	237.894	204.801
América Latina	22.259	52.856	74.299	82.203	109.311	95.405	85.373
Mercosul	5.634	18.024	28.505	36.204	53.017	44.312	26.110
Argentina	3.458	6.951	9.156	6.848	24.134	11.152	3.181
Brasil	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457
Chile	1.499	4.633	5.219	4.638	9.221	3.674	5.508
México	8.080	9.938	14.044	11.933	12.534	14.706	24.731
Coreia do Sul	978	2.325	2.844	5.412	9.333	9.283	3.198
China	19.360	40.180	44.237	43.751	40.319	40.772	46.846
Índia	703	2.525	3.619	2.633	2.168	2.319	3.403

⁽¹⁾ Média anual

Fonte: BACEN, CEPAL e UNCTAD. Elaboração NEIT/IE/Unicamp.

Tabela retirada de: SARTI, F.; LAPLANE, M. F. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1 (18), p. 129-164, jan./jun.2002. Disponível em:

<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=536&tp=a> Acesso em: 25/06/2012

Segundo Sarti e Laplane (2002, p.66), o IDE causava uma impressão de estabilidade que seria capaz de apoiar o crescimento doméstico brasileiro. Os crescentes fluxos de investimento direto externo provocaram uma sensação otimista em relação àqueles que defendiam que o IDE poderia “suprir a ausência de poupança doméstica e substituir com vantagem os fluxos de aplicações em portfólio, cuja volatilidade tornara-se evidente depois da crise dos países asiáticos e da Rússia” (SARTI; LAPLANE, 2002, p.66)

Segundo Faria (2007, p.52) a entrada de investimentos no Brasil foi estimulada através de Fundos de Investimentos no Exterior e a Carta Circular Número 5 (CC-5) “na qual os bancos passaram a aceitar depósitos em moeda nacional e convertê-las em moeda estrangeira no exterior. Tais medidas permitem a fuga de capitais generalizados em períodos de turbulência financeira.” (CARNEIRO, 2000; PRATES, 2004 *apud* FARIA, 2007, p.52)

Ainda segundo Faria (2007, p.52):

“Em 2000, sob liderança de Armínio Fraga Neto (presidente do Banco Central do Brasil) o processo de liberalização financeira, iniciada no governo de Fernando Collor de Mello, foi finalizado, tornando o mercado

financeiro brasileiro totalmente aberto à entrada dos investidores estrangeiros e com a manutenção dos juros altos. Essa atitude foi tomada como resposta à crise cambial vivenciada pelo Brasil em 1999, que com a desvalorização cambial gerou uma nova fuga de capitais. (PRATES, 2004 *apud* FARIA, 2007, p.52)

Nesse sentido, no conseqüente governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, que teve seu primeiro mandato no período de 2002 a 2006, continuou-se o mesmo plano comercial. Segundo Faria (2007, p.53):

“No governo Lula, foi mantida as elevadas taxas de juros anuais como forma de atrair divisas de curto prazo e equilibrar as contas do balanço de pagamento, atendendo assim o interesse da esfera financeira.” (SALAMA, 2005 *apud* FARIA, 2007, p.53)

Com tudo isso, as privatizações das empresas brasileiras não poderia ser um eterno estímulo para atrair investimentos estrangeiros. Dessa forma, em 2003 quando o ciclo de privatizações chegou ao fim, o fluxo de investimentos externos diretos começou a mostrar um declínio, conseqüências esta que teve além do fim deste processo de privatizações a “retração da liquidez internacional e a preferência dos países asiáticos, principalmente a China, em detrimento a América Latina para esse tipo de inversão” (ACIOLY, 2006 *apud* FARIA, 2007, p.55)

Pode-se dizer que a intenção de atrair investimentos externos através da internacionalização das empresas foi correta. Porém, a forma que o governo brasileiro encontrou foi a privatização. Nesse sentido, de início essa proposta trouxe resultados positivos, pois chamou atenção de investidores internacionais e trouxe investimentos para o país. Mas, ou porque a privatização consistia em um processo limitado ou porque surgiram outros palcos em países que também estavam interessados em atrair investimentos e crescer, só pode-se dizer que esse processo deixou de ser eficaz.

Como conseqüência, o país “vendido” como muitos dizem, ficou mais vulnerável e dependente e as empresas acabaram se fundindo, limitando ainda mais o resultado. Além disso, parte considerável do investimento realizado no Brasil foi destinado ao setor de serviços, o que não gera produtos exportáveis, limitando o leque de exportações. (LAPLAINE; SARTI, 2002)

5.2 DIFERENCIAL DA POLÍTICA COMERCIAL CHINESA

Na China, as reformas na economia tiveram início nos anos 80 e promoveu importantes mudanças estruturais e um padrão de crescimento em torno das exportações com a troca de foco da produtividade agrícola para a melhoria da produtividade da indústria. Com isso, o “carro chefe” do desenvolvimento da China deixou de ser a produção agrícola, entrando em cena a produção industrial, como também em torno do setor de serviços.

Em 1980, a China conseguiu o tratamento da nação mais favorecida, classificada também como “nação em desenvolvimento”. Com isso, a China obtinha tarifas americanas reduzidas em setores específicos como setor têxtil e vestuário. (MEDEIROS, 1999, p.100)

Segundo Medeiros (1999, p.95), durante a década de 80, a China alcançou um crescimento espantável, com taxas de 9,5% ao ano. Ainda com início nesta década, entre 1985 e 1995, a taxa girou em torno dos 10,2% ao ano. Dessa forma, estes dados mostram como a China iniciou sua jornada no cenário mundial com uma performance nunca antes vista. Ainda segundo este autor, o motivo do início se dar durante os anos 80, deve-se ao fato de que na década de 60 e 70 o problema do desenvolvimento da China não era a falta de dinamismo, mas sim desequilíbrios setoriais, particularmente o atraso da agricultura, que se deu através da estratégia “grande salto a frente”¹¹ proposta por Mao no período de 1958 a 1960.

A estratégia de desenvolvimento econômico adotada pela China a partir de 1978 foi a de aplicar várias políticas baseadas não só em sua história como também em experiências de seus companheiros internacionais. (MEDEIROS, 1999, p.104)

De acordo com Medeiros (1999, p.104):

“(...) o programa chinês teve como base um conjunto de reformas e programas de desenvolvimento como especificado a seguir:

- a) Ampla reforma na utilização da terra numa direção semelhante à proposta por Lênin nos anos 20.

¹¹ O “grande salto para frente” tinha como objetivo a mobilização da mão-de-obra rural, os camponeses que constituíam 80% de toda população. O intuito era acelerar o desenvolvimento econômico e reduzir desigualdade social de forma mais rápida. O resultado foi o maior índice de fome da história da humanidade, o que serviu como estímulo a transformar as condições do campo do país. Fonte: <http://educacao.uol.com.br/historia/china-comunista-2.jhtm> Acesso em: 19/06/2012

- b) Agressivo programa de promoção de exportações e de proteção do mercado interno como nas experiências exitosas de industrialização deste século. Ao contrário do Japão e Coréia, a estratégia chinesa contou com forte estímulo ao investimento estrangeiro associado às exportações em zonas econômicas especiais de forma a absorver e controlar o ingresso de capitais nas atividades exportadoras. De forma semelhante àqueles países e ao Brasil (até 1990), o crescimento das exportações visava viabilizar a importação de máquinas e equipamentos, as demais importações eram submetidas às barreiras não tarifárias, ao câmbio desvalorizado e às tarifas elevadas.
- c) Formação de grandes empresas estatais (com ou sem *joint ventures*) na indústria pesada com crescente autonomia gerencial e financeira, mas subordinadas ao planejamento central como nas experiências asiáticas e brasileiras.
- d) Reforma de empresas estatais e redefinição da relação entre o plano e o mercado, do sistema de incentivos e de responsabilidade a partir da introdução de sistemas de contatos baseadas nas experiências da Hungria, e ex-URSS.
- e) Promoção das empresas coletivas (vilas e municípios)
- f) Transição gradual de um sistema de preços controlados para um sistema misto de preços regulados, controlados e de mercado. (MEDEIROS, 1999, p.104)

Segundo Nonnenberg (2010, p.204), há diversas razões que podem explicar a trajetória bem-sucedida da China. Diante disso, não há um causador principal de seu destaque no cenário mundial, mas sim uma combinação de fatores usados a seu favor combinados a uma política apropriada às suas condições.

Os motivos principais giram em torno da liberalização do sistema de formação de preços em 1979, uma vez que os preços eram fixados pelo governo (os distritos regionais deveriam entregavam o produto em troca de uma certa quantidade ditada pelo governo) e passam a abrigar um sistema duplo. Essa mudança causou um aumento na produtividade rural, uma vez que com os preços menos controlados proporcionam maior competitividade, causando reflexos positivos na renda, no emprego, na produção. Além disso, a liberalização do comércio internacional foi essencial para o crescimento da China. Nesse sentido, segundo Nonnenberg (2010, p.204):

“(...) a liberalização do comércio exterior, uma das primeiras e mais importantes medidas tomadas após 1979. Até então, o comércio exterior era inteiramente planejado pela autoridade central. Além disso, as exportações eram realizadas integralmente por empresas públicas. Como resultado, tanto exportações quanto importações cresciam lentamente. Inicialmente, os controles sobre as importações foram substituídos por elevadas tarifas aduaneiras, reduzidas posteriormente. O sistema de planejamento de importações foi também substituído por barreiras não tarifárias tradicionais, a partir do início da década de 1980. Essas barreiras também foram paulatinamente desmontadas ao longo dos anos. A partir do final da década de 1990, as medidas de liberalização do comércio exterior chinês foram aceleradas com vistas ao seu ingresso na Organização Mundial do Comércio, efetivada em dezembro de 2001. (NONNENBERG, 2010, p.204)

Além disso, uma estratégia de crescimento essencial para a China foi a criação das zonas econômicas especiais (em 1980) uma vez que as quatro zonas situadas no litoral sul do país obtinham incentivos governamentais. Essa medida permitiu o deslocamento de produção, principalmente aqueles relacionados com setores mais intensivos em mão de obra, podendo expandir o desenvolvimento, não deixando somente na região central formando “ilhas de desenvolvimento”, ao mesmo tempo que deixando os setores intensivos em mão de obra se direcionarem às zonas econômicas especiais (devidos aos incentivos) levavam emprego e deixavam Hong Kong com produção mais tecnológicos. As zonas econômicas especiais obtiveram resultados positivos, impulsionando assim a criação de mais 14 zonas em 1984 ao longo do litoral. Assim, o litoral estava dividido em zonas especiais, fazendo com que o investimento estrangeiro se expandisse não só por ele, mas como também pelo interior, mostrando sucesso da intenção inicial. Ainda segundo Nonnenberg (2010, p. 205):

“o gigantesco tamanho da população da China favoreceu a existência de economias de escala na maior parte das indústrias, com fortes impactos sobre o custo de produção. Alguns exemplos são ilustrativos do tamanho do mercado e da escala de produção. A China é atualmente o maior produtor mundial de televisores, com uma produção anual de aproximadamente 83 milhões de unidades. Produção anual de aço bruto é de cerca de 420 milhões de toneladas enquanto a do Brasil é de 31 milhões. A China produz atualmente cerca de 1,3 milhão de caminhões por ano, dez vezes a produção brasileira. Enquanto o Brasil produz cerca de 40 milhões de toneladas de cimento por ano, a produção anual da China atinge aproximadamente 1,2 bilhão de toneladas. (NONNENBERG, 2010, p.205)

Segundo Lemoine (2000 *apud* Faria, 2007, p.36), o IDE direcionado à China deveria suprir 3 requisitos, dentre eles “aumentar a participação do país no comércio internacional, favorecer seu acesso às fontes externas de capital e tecnologia e induzir novas formas administrativas nas empresas chinesas” (LEMOINE *apud* FARIA, 2007, p.36)

O que se pode perceber é que, distintamente do caso de internacionalização brasileira, o processo de abertura comercial e desenvolvimento da China girou em torno, não de privatizações, mas sim de uma participação mais indireta através desses três requisitos citados acima. Para a indústria se instalar no país, ela deveria garantir trazer melhorias para este, como empregos e tecnologia e não somente aproveitar as condições favoráveis de baixos salários, por exemplo.

Nesse sentido, segundo Acioly (2005 *apud* Faria 2007, p.36) durante o período 1979 a 1986, período inicial da reforma, os investimentos foram direcionados em maioria na indústria manufatureira como têxtil que utiliza o trabalho intensivo. Após essa fase, o governo redirecionou esse investimento para a indústria de transformação e setores voltados para a exportação e de alta tecnologia. Na década de 90, os investimentos foram redirecionados para setores de capital-intensivo, uma vez que o governo tinha em mente “desenvolver as indústrias químicas, de máquinas e equipamentos de transporte, eletrônicos, comunicações, além de atividades no setor de serviços e estímulo a tecnologia de ponta e centros de pesquisa e desenvolvimento” (ACIOLY, 2005 *apud* FARIA, 2007, p.36)

Além disso, nos anos 1980 foram criadas as zonas econômicas especiais liderando o processo de liberalização econômica e internacionalização industrial. Segundo Faria (2007, p.37) “A política de atração de investimento foi baseada em tratamentos preferências, como a redução de 15% no imposto de renda e grandes estímulos à entrada de empresas com projetos superiores há dez anos” (FARIA, 2007, p.37)

Dessa forma, o que pode-se dizer é que o processo de abertura comercial da China se distingue do Brasil pois não girou em torno de privatizações, mas sim através de joint-ventures, de um processo controlado pelo governo e programado para trazer benefícios para o país, uma vez que qualquer atuação exterior estava sempre correlacionada ou a geração de empregos ou desenvolvimento da área do litoral, por exemplo. Dessa forma, a audácia da China de controlar seu processo de abertura comercial mostrou que o Estado pode atuar de forma preventiva e benéfica ao país, resultando no caso da China um modelo próprio, que ao mesmo tempo oferece vantagens produtivas como câmbio e salários, mas ao mesmo tempo impõe condições de interesses locais, não ficando vulnerável aos fatores externos.

Pode-se dizer que claramente a China seguiu uma política de proteger seu mercado interno e criar um mercado externo, que até anos atrás era inexistente. Ao promover-se às exportações, liberalizando os investimentos estrangeiros antes das importações, a proteção de tarifas adiciona-se a proteção natural do interior do país. Porém, por trás de uma promoção (muito bem planejada) de suas exportações, havia uma política essencial, uma vez que o Yuan foi desvalorizado em 1984, estabelecendo um mercado dual de câmbio, de forma que a moeda oficial

administrada como uma taxa flutuante e o “mercado de swaps” onde a taxa era ainda mais desvalorizada. E como já foi visto anteriormente, uma taxa cambial desvalorizada pode afetar imensamente o mercado mundial. (MEDEIROS, 1999, p.108)

Segundo Nonnenberg (2010, p.207), os ciclos inflacionários acompanhados chineses estão ligados a dois aspectos principais: o forte processo de liberalização de preços, comentados anteriormente no presente trabalho, e períodos de enfraquecimento da política monetária, possibilitando expansão das empresas estatais através dos investimentos. Ainda segundo o autor, um dos principais instrumentos do bastante comentado crescimento da economia chinesa das últimas três décadas, foi sua posição no cenário internacional atrelada a números inéditos; o aumento do comércio exterior:

“Entre 1975 e 2008, as suas exportações saltaram de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 1.428 bilhões, ao mesmo tempo em que as importações pularam de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 1.133 bilhões. Esse extraordinário crescimento foi viabilizado por diversos fatores, sendo os mais importantes a política cambial, especialmente a forte desvalorização real do renminbi ocorrida entre 1990 e 1994, e os ganhos de competitividade da indústria chinesa possibilitada, por sua vez, pela liberalização das importações. No entanto, o comércio exterior somente começa a se tornar peça-chave para o crescimento da economia chinesa no final da década de 1980, quando tanto exportações quanto importações ultrapassam 15% do PIB. (NONNENBERG, 2010, p.209)

Segundo Nonnenberg (2010, p.211), é importante ressaltar a relação exportação-importação chinesa como forma de analisar o desenvolvimento e crescimento de sua economia. Tradicionalmente, a China seria sempre relacionada à exportadora de produtos de baixo valor agregado, ou exportadora de insumos, e raramente quase nunca relacionada a exportadora de alta tecnologia. Isso não por falta de capacidade produtiva e tecnológica, o que foi mostrado pela jornada da produção do país nos últimos anos. Diante disso, não só a China se destaca pelo seu superávit comercial, mas sim pela exportação de produtos mais sofisticados, como produtos de informática, entrando até no setor automobilístico, o que não seria a tendência de se pensar quando se fala em China. Em relação às importações, pode-se dizer que também houveram mudanças, na medida em que “não só aumentaram as importações de partes e peças de equipamentos eletrônicos mas também os bens de capital e as matérias-primas para sua produção”, de forma a aumentar o valor agregado do produto chinês” (NONNENBERG, 2010, p.211)

Por fim, no setor industrial, a política estratégica chinesa formou grandes empresas estatais. Segundo Carlos Medeiros (2010, p.108), além das empresas estatais e grupos industriais, como consequência de sua abertura, começaram a fazer parte do cenário fusões, aquisições e joint ventures, o que modifica a estrutura tradicional descentralizada chinesa da década de 70.

CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho consistiu em analisar os diferenciais de competitividade chinesa bem como seu impacto no cenário internacional. Dessa forma, foi possível identificar as principais vantagens chinesas através de seu regime cambial e os baixos salários.

O modelo neoclássico de Solow é o mais adequado para explicar o crescimento das economias nos últimos tempos, porém relacionando o modelo com a estratégia de crescimento da China, é possível notar que o modelo não revela um grande e importante fator do crescimento da economia chinesa, o câmbio. Por isso, foi feito um estudo sobre o processo de mudança da moeda chinesa e pode-se concluir que as taxas cambiais praticadas pela China são extremamente ameaçadoras para o mercado mundial, sendo alegadas por alguns países até como uma prática desleal.

Além disso, foi possível apresentar uma breve análise sobre o mercado de trabalho do país apontando como os baixos salários praticados podem afetar a economia internacional quando relacionados com a competitividade entre as nações. Com isso, foi possível perceber que a economia chinesa parece não ter vantagens sem esse fator relevante dos baixos salários, uma vez que perde seu potencial de atrair parceiros comerciais se o preço praticado já não é tão baixo assim.

Considerando os dois atributos comerciais da China expostos, o câmbio e os baixos salários, faz-se apropriado compará-los com o caminho percorrido pelo Brasil. Por isso, através de uma breve comparação do processo de crescimento da China com o processo brasileiro, pode-se concluir que o diferencial do progresso econômico da China está, na verdade, no planejamento. A estratégia chinesa sempre se mostrou muito bem planejada (visto as zonas econômicas especiais) e controlada (visto que os investidores, ao entrarem no país assinavam um contrato rígido a fim de oferecer reais benefícios para os chineses). Além disso, o país

conseguiu passar por questões decisivas como a abertura comercial de forma bem sucedida, mesmo lidando atualmente com controvérsias mundialmente conhecidas como a dualidade rural versus urbano, a modernidade versus a tradição milenar, ou até mesmo a controvérsia da prática cambial ou dos baixos salários estudadas.

Pode-se concluir que a China é feita de controvérsias e que o mundo inteiro está de olho nela e ameaçado por ela. Porém, através do estudo feito neste trabalho, pode-se concluir também que o crescimento da China não é explicado inteiramente pelo seu potencial, mas sim por um planejamento. Além disso, o Brasil também está em foco e muitas vezes pelo seu potencial, que aliado a um bom planejamento deixa de ser a eterna promessa e passa a ser a nação do progresso. Dessa forma, através da análise do caminho percorrido pelas duas economias em questão, pode-se concluir que as estratégias são distintas, as semelhanças são poucas, mas ambas com muito potencial de se desenvolver cada vez mais. Não por formarem os famosos BRIC's, mas porque contam com fatores que combinados a um bom planejamento, fazem uma nação direcionada sempre ao progresso.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L. **Tendências dos Fluxos Globais de Investimento Direto Externo.** IPEA: Texto para discussão, Brasília, nº1192, jun.2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1192.pdf Acesso em: 25/06/2012

ANDRADE, D.C.; **FATORES CONDICIONANTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DE LONGO PRAZO NA CHINA: ASPECTOS TEÓRICOS E INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.** Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.nea.ie.ufu.br/dissertacoes/01.pdf> Acesso em: 25/06/2012

BARROS DE CASTRO, A.; **A Reestruturação Industrial Brasileira nos Anos 90. Uma Interpretação.** *Revista de Economia Política*, v.21, n.3 (83), 2001. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/83-1.pdf> Acesso em: 23/06/2012.

ARBACHE, J.S.; CORSEUIL, C.H. **Liberalização Comercial e Estruturas de Emprego e Salário.** Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.iets.org.br/biblioteca/Liberalizacao_comercial_e_estruturas_de_emprego_e_salario.pdf Acesso em: 23/06/2012.

AVERBURG, A. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na década de 90.** Disponível em: http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf Acesso em: 22/06/2012

BERGSTEN, F.C. **Correcting the Chinese Exchange Rate:** An Action Plan. Peterson Institute for International Economics, Testimony before the Committee on Ways and Means, U.S. House of Representatives, March 24, 2010.

BERGSTEN, F.C; FREEMAN,C.; LARDY,N.R; MITCHELL,D.J. **China's rise: Challenges and Opportunities.** Washington: Kirby Lithographic Company Inc., 2009.

BARROS DE CASTRO, A.B **A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação.** *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 3-26, jul./set. 2001. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/83-1.pdf> Acesso em: 20/06/2012

CABRAL, M. **O fim do Negócio da China.** *Revista Isto é Dinheiro*, ed.751, 2012. Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/78622_O+FIM+DO+NEGOCIO+DA+CHINA Acesso em: 12/06/2012

CANO, W. **América Latina: Do Desenvolvimento ao Neoliberalismo.** In: FIORI, J.L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.287-326.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise**. Campinas, Ed. Unicamp/Unesp.2000.

CHANG, H.J. **Chutando a Escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2003

CHUA, Amy. **Day of Empire: How Hyperpowers Rise to Global Dominance – and Why They Fall**. New York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2009.

CUNHA, A. M.; **O Boom Chinês e as Economias Latino-Americanas**. Porto Alegre: Indic. Econ. FEE, v.35, n.2, 2007. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1564/1933> Acesso em 30/04/2012.

CUNHA, A.M.; BIANCARELI, A.M. **O Novo Regime Cambial Chinês e A Diplomacia do “Yuan Fraco”**. Economia Política Internacional: Análise Estratégica. n.7, 2005. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=99&tp=a> Acesso em 30/04/2012.

DAVIN, Delia. **Internal Migration in Contemporary China**. New York: St. Martin’s Press Inc., 1999.

DOOLEY, M. P.; GARBER, P. **Is It 1958 or 1968?** Three notes on the longevity of the revived Bretton Woods System. *Brookings Panel on Economic Activity*, March 31-Apr. 1, 2005.

EAKIN, M. **Brazil**: The Once And Future Country. New York: St.Martin’s Inc., 1998.

EIU, Economist Intelligence Unit. **China’s new low-wage competition**. Estados Unidos, 2012. Disponível em: <http://www.bwob.ca/industries/manufacturing/chinas-new-low-wage-competition/#article> Acesso 10/06/2012

FARIA, M.F.M., **Uma Análise de Política Econômica Comparada: Brasil e China**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/maria-fernanda-faria-uma-anc3a1lise-de-polc3adtica-econc3b4mica-comparada-brasil-e-china.pdf> Acesso em: 22/06/2012

FERRARI FILHO, F.; FERNANDO DE PAULA,L. **Liberalização financeira e performance econômica: a experiência recente dos BRIC**. Disponível em: http://www.corecon-rj.org.br/pdf/ced_bric_sep.pdf Acesso em 09/04/2012.

FISHER,B. **China’s Global Competitive Advantage**: The beginning of the end, or the end of the beginning? Suíça, 2010. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:0VFvElphK4J:www.sinoptic.ch/textes/eco/2010/201007_Fischer.William.Competitive.Advantage-en.pdf+International+Herald+Tribune+Philip+Bowring+China+2010&hl=en&pid=bl&srcid=ADGEEESjRBi0o1ltm8PDt6wUgcPLMYYYoIFuyI1HI_bb3y95So_D4oogAXTcZlQU

ZJEApqhwaC TD88jVLy9LX-Ay4x8rsuHDaKjKRIE5oKsGOCXI-
mUvORaUnqOW5iHYSdDcoDMKlr4Dt&sig=AHIEtbROVkJZ1RE TNAwNdB5oGXTaf
LixOg Acesso em 03/05/2012

GOLDSTEIN, M.; LARDY, N. **China's Exchange Rate Policy: An Overview Of Some Key Issues**. Estados Unidos, 2007. Disponível em: <http://www.piie.com/publications/papers/goldstein-lardy1007.pdf> Acesso em 10/04/2012.

GOMES, V.; ELLERY, R. **Modelo de Sollow, Resíduo de Sollow e Contabilidade de Crescimento**. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.victorgomes.com.br/docs/cursos/ecb1/solow_ecb.pdf Acesso em 28/11/2011

HIRATUKA, C.; SARTI, F. **Investimento Direto e Internacionalização de Empresas Brasileiras no Período Recente**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/TD_1610_WEB.pdf Acesso em: 25/06/2012.

KRUGMAN, Paul. **China, Japan, America**. Estados Unidos, 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/09/13/opinion/13krugman.html?ref=opinion> Acesso em 10/06/2012.

KRUGMAN, Paul. **Analytical Afterthoughts on the Asian Crisis**. Mimeo, Princeton University, 1999.

LEMOINE, Françoise. FDI and the opening up of China's economy. CEPPII, 2000.

LEVY, P.M.; NONNENBERG, M.B.; DE NIGRI, F. **O Crescimento Econômico e a Competitividade Chinesa**. Boletim de Conjuntura, n.73, 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_73k.pdf Acesso em: 19/06/2012

MEDEIROS, C. **Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China**. Revista de Economia Política, v.19, n.3 (75), 1999. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/75-7.pdf> Acesso em: 18/06/2012.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. **Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil**. In: José Luís Fiori; Carlos Medeiros. (Org.). Polarização Mundial e Crescimento. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, v. 1, p. 105-135

MORRISON, W.M.; LABONTE, M. **China's Currency Policy: An Analysis of the Economic Issues**. Estados Unidos, 2011. Disponível em: <http://www.fas.org/sqp/crs/row/RS21625.pdf> Acesso em 30/04/2012

MORENA, F.; **Aumento de salário mínimo ameaça competitividade chinesa**. BBC Brasil, 2012. Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120528_salarios_china_fm.shtml
Acesso em 15/06/2012

NONNENBERG, M.B. **China: Estabilidade e crescimento econômico.** Revista de Economia Política, v.30, no.2, p.201-218, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/02.pdf> Acesso em: 17/06/2012

PASTORE, J. **Trabalho, Competitividade, e escolhas do país.** O Estado de São Paulo, 17/01/2012. Artigo disponível em: http://www.fecomercio.com.br/?option=com_institucional&view=interna&Itemid=20&id=4866 Acesso em 05/05/2012

PASTORE, J. **Salários e Competitividade na China.** VERITAE Orientador Empresarial, 2010. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:SasLfDFwLZ0J:www.veritae.com.br/artigos/arquivos/artigo%2520-%2520158.pdf+Sal%C3%A1rios+e+competitividade+na+China+Jos%C3%A9+pastore&hl=en&pid=bl&srcid=ADGEESiQw0OrHqIJga9ZMuTugTEof6nR6fwWWHsq3wrSjjcYIPuvoXIABCgFU0DOM07SSKMUJy1InfK7RdMVWFtj7E-J8xN3I4cVm1VLN-E-7DIDLvutM3kOFAZiJor6gKfhLFtjC71&sig=AHIEtbQKpXjSf013cMVFkk6Pm8eazlnuBg> Acesso em 05/05/2012

POMAR, V. **O mito chinês: Quem acha que a China é um mar de rosas para a exploração de força de trabalho pode ter uma surpresa.** Revista Brasil, ed. 59, 2011. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/59/o-mito-chines> Acesso em 03/05/2012

PRATES, D. **Os fluxos de capitais internacionais para o Brasil desde os anos 90,** 2004. Disponível em: http://www.rls.org.br/publique/media/Controle_Cintra_Prates.pdf

PSTU. **Superexploração capitalista: o 'segredo' do sucesso chinês.** Jornal Opinião Socialista no. 407, 2010. Disponível em: http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1935 Acesso em 05/05/2012

RODRIGUES, S.; DE VARGAS, E.L.; DA SILVA, F.P **Política Externa Brasileira: Governos FHC e Lula Práticas Foco nas Exportações e seus Resultados.** Brasil, 2009. Disponível em: http://www.rlcu.org.ar/documentos/Investigadores/Politica_externa_brasileira.pdf Acesso em: 20/06/2012.

SARTI, F.; LAPLANE, M. F. **O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90.** Economia e Sociedade, v. 11, n. 1 (18), p. 129-164, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=536&tp=a> Acesso em: 25/06/2012

SILVA, I.E.M.; BEZERRA, J.F.; LIMA, R.C. **Análise da Relação entre importações e Produtividade: Evidência Empírica para a Indústria de Transformação do Brasil**. Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n1/04.pdf> Acesso em: 22/06/2012

SOLLOW, R.M.; **A Contribution to the Theory of Economic Growth**. The Quarterly Journal of Economics, v.70, n.1, p.65-94, 1956. Disponível em: [http://faculty.lebow.drexel.edu/LainczC/cal38/Growth/Solow 1956.pdf](http://faculty.lebow.drexel.edu/LainczC/cal38/Growth/Solow%201956.pdf) Acesso em 20/06/2012

TAVARES, M.C **Império, território e dinheiro**. Rio de Janeiro, 1999.

VIEIRA, F.V **China: Crescimento Economico de Longo Prazo**. Revista de Economia Política, v.26, n.3. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n3/a05v26n3.pdf> Acesso em 01/05/2012

WONG, J.; DING, L. **China's economy into the New Century: Structural Issues and Problems**. Singapore: Mainland Press. Cingapura, 2002. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Edze2fkqeiEC&printsec=frontcover&dq=Wong+Ding&source=bl&ots=LQor0qOKQB&sig=kztJ_i8yNld4h_xsdilByc3kjFI&hl=en&sa=X&ei=HiJ1UKu-L4mo9gTc-YHQDw&ved=0CC0Q6AEwAA Acesso em: 05/04/2012